

FERNANDA LUIZE FOPPA

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE BRUSQUE

Trabalho final de graduação, curso de Arquitetura
e Urbanismo, da Universidade Federal de Santa
Catarina (UFSC).

Orientador: Profº. Nelson Popini Vaz, Drº

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 2006.

Agradecimentos

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a elaboração deste material.

A minha família e ao meu namorado por acreditarem em mim e pela grande ajuda no desenvolvimento deste trabalho.

Ao Prof. Popini pela excelente orientação nesta etapa tão importante do curso.

A Fátima Althoff, que tanto me auxiliou com o conteúdo deste trabalho.

Agradeço a todos com quem troquei idéias por email, em especial a Saulo Adami e Tina Rosa, pelo material fornecido.

A Luciana da R. Espíndola e Silvia C.P. Moreira, pela amizade durante todo o curso e pela cooperação nesta nossa última fase da graduação.

Obrigada a todos com quem convivi neste curso durante os cinco anos da graduação e que de alguma forma me ajudaram a chegar aqui, contribuindo para minha formação profissional e pessoal.

Índice

1 - Introdução	5
1.1 Introduzindo o tema	5
1.2 Introdução ao local de trabalho – aspectos gerais.....	6
1.3 Metas do trabalho	8
2 - Fundamentação Teórico- Conceitual	8
2.1 Conceitos.....	8
2.2 O patrimônio e sua preservação.....	10
2.3 Problemática.....	12
2.3.1 Pastiche x Patrimônio histórico	14
2.3.2 Identidade cultural – preservação	17
3 - Histórico da formação urbana de Brusque	20
3.1 Os imigrantes	20
3.1.1 Causas da imigração	20
3.1.2 A chegada no Novo Mundo – Etnias colonizadoras	20
3.2 Formação urbana	23
3.2.1 Malha urbana.....	26
3.2.2 A formação da vila de Brusque como pólo da região do Médio Vale.....	27
3.3 Atividades econômicas ao longo do tempo.....	28
3.3.1 Agricultura.....	28
3.3.2 Surgimento do comércio e serviços.....	28
3.3.3 Desenvolvimento industrial e conseqüências no aspecto urbano.....	29
4 – Metodologia.....	33
5 – Inventário do patrimônio arquitetônico urbanístico de Brusque.....	34
4 - Proposta de Políticas de Preservação	44
6.1 O Patrimônio histórico incluído no Plano Diretor	45
6.2 Como funciona um tombamento.....	47
6.3 Conjuntos.....	48
6.3.1 Ambiente urbano com arquiteturas de valor histórico como cenário	51
6.3.1.1 Rua das Carreiras.....	52
6.3.1.2 Centro (Igrejas conformando o espaço).....	65
6.3.1.3 Vale Azambuja.....	75
6.3.1.4 Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A	82

6.3.2 Ambiente urbano – espaços abertos	89
6.3.2.1 Praça Barão de Schneeberg.....	89
6.3.2.2 Avenida Beira Rio	94
6.3.3 Arquiteturas	96
6.3.3.1 A arquitetura em Brusque	96
7 - Conclusão	144
8 - Bibliografia	145
9 - Anexos	149

1 - Introdução

1.1 Introduzindo o tema

Para trilhar novos caminhos para o futuro, o senso comum aponta que é preciso ter uma base, algo em que se apoiar e aprender para poder progredir. Ter noção de suas origens e a formação de tudo que está a seu redor parece ser fundamental para compreender o presente e planejar o futuro. Investigar o passado surge então, como grande necessidade para a busca de uma identidade própria.

Vangloria-se o futuro, usam-se muitos termos como “desenvolvimento”, “progresso” e “evolução” e esquece-se do passado, das origens. Porém, é baseado na história que se define a consciência de indivíduos. Ela é a base para toda a construção de sua identidade. Parece ser relevante preservar os elementos históricos pois é grande a sua “importância como elemento estruturador da memória coletiva e, conseqüentemente, da identidade que se possa criar entre diversos grupos e o mesmo, ou da identidade que se queira instaurar” (ARAÚJO, 2005).

A valorização do passado parece redundar nas informações que se adquire dele, ao mesmo tempo em que se traça caminhos para preservar sua memória. Este está condenado a ser apagado do convívio da sociedade, restringindo-se a livros, fotografias e memória de poucos, caso não seja feito nada para garantir a preservação de outras manifestações culturais, como o folclore, artesanato ou a arquitetura.

Um planejamento urbano que trabalhe com a preservação histórica só é possível quando a sociedade tem a consciência do quanto é importante tal preservação, afinal “a participação (da população) na decisão sobre o que é patrimônio influencia na sua preservação” (Cantarino, 2006). Fato que é particularmente mais complexo no Brasil, pois o crescimento demográfico é alto, não é tão estabilizado como em países da Europa por exemplo, onde o controle e a permanência dos elementos históricos na paisagem atual das cidades é mais permissível.

Na Europa, o crescimento das cidades incrementou-se no século XIX com a Revolução Industrial, em função do êxodo rural e dos processos de unificação como por exemplo da Alemanha e Itália. No Brasil o crescimento populacional é recente,

ainda está acontecendo, o que dificulta a preservação dos patrimônios, pois há uma ânsia, muitas vezes incoseqüente, pelo novo, justifica-se a destruição do antigo por novas estruturas. “O país tem buscado a modernidade e qualquer edifício moderno é considerado melhor do que um antigo” (FUNARI, 1998).

Então parece que a preservação do passado concomitante com o novo é um desafio atual. Esse desafio aumenta com o passar do tempo, na medida em que o patrimônio vai desaparecendo, restando menos a conservar.

A cidade escolhida para ser trabalhada tal temática é Brusque, localizada na região conhecida por Vale Europeu, pelas características ainda preservadas ou transformadas, dos imigrantes colonizadores europeus, principalmente os alemães.

A fragilidade da situação atual da herança cultural, inclusive arquitetônica foi o que mais reforçou a escolha. Percebeu-se o potencial da região na questão do patrimônio de interesse coletivo, que talvez por não existir um planejamento por parte do poder público, está se extinguindo, deteriorando ou se encontra desqualificado.

A fim de contribuir para reverter este quadro é que este trabalho se desenvolve. Reconhecendo as potencialidades, mostrando que existem elementos que são de interesse coletivo e o quão importante é a preservação dos mesmos.

1.2 Introdução ao local de trabalho – aspectos gerais

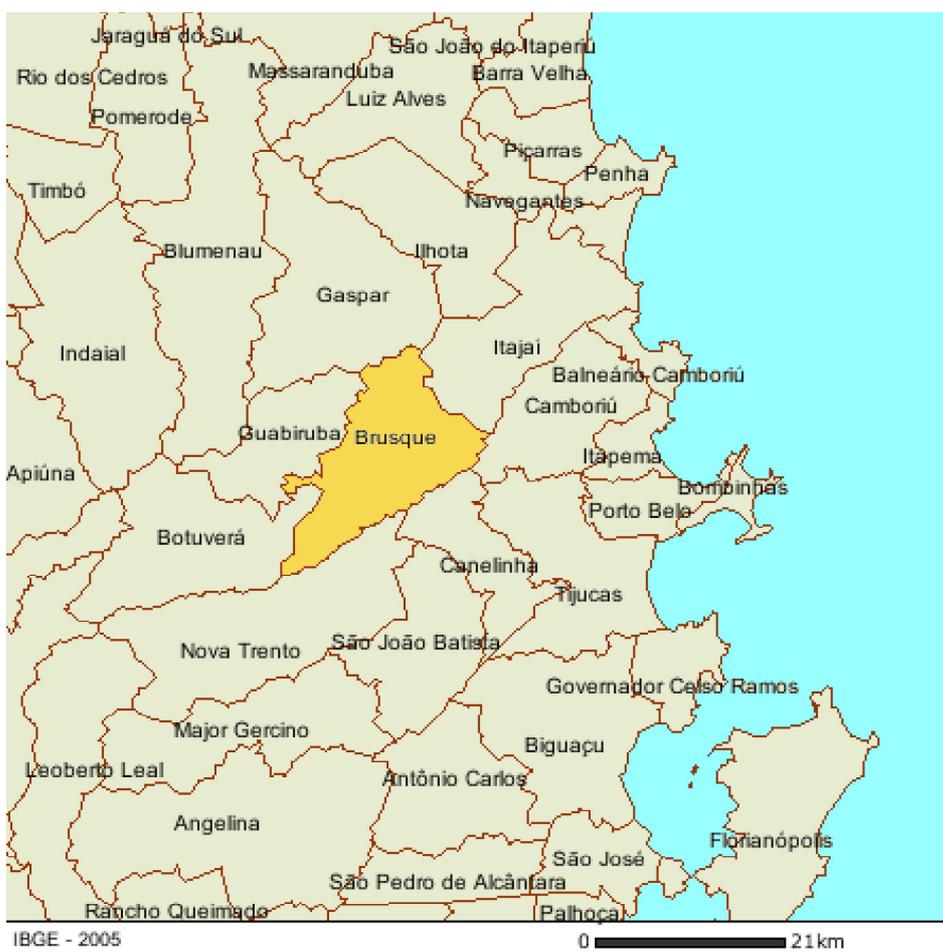
A escolha da cidade de Brusque foi feita baseada no fato de que a cidade não possui nenhum planejamento voltado para o patrimônio, apesar do seu potencial, sendo que muitos estão desaparecendo, talvez pela falta de uma política que os preserve. A seguir uma breve colocação dos aspectos gerais que caracterizam a cidade, para uma melhor compreensão do local de estudo.

Brusque é também conhecida como a Cidade dos Tecidos, localizada na região norte de Santa Catarina, no Vale do Itajaí. Faz divisa com as cidades de Gaspar, Itajaí, Nova Trento, Canelinha, Camboriú, Guabiruba e Botuverá.

Tem uma população quase totalmente urbanizada, 96% vivem na área urbana, sendo o total de 76058 habitantes (conforme o censo do IBGE de 2000).

A economia brusquense é baseada no comércio e indústrias no ramo têxtil e metal mecânico (somente estes dois ramos industriais correspondem a 84% do total de indústrias no município segundo Bonamente).

O chamariz turístico é a colonização alemã, facilmente percebida nas diversas publicidades (jornais, sites,...) que divulgam o município. Nestes são amplamente divulgadas as características alemãs herdadas, principalmente a culinária com seus pratos típicos, como por exemplo na Fenarreco, festa típica que ocorre no mês de outubro. Isto causa até um contraste com a não preservação de outros elementos também culturalmente importantes e que contribuíram para a formação da população (assunto mais aprofundado no capítulo “Problemática” mais adiante).



Localização da cidade de Brusque.

Fonte: Malha Municipal Digital, IBGE, 2001. Destaque do município pela autora.

1.3 Metas do trabalho

O trabalho tem como finalidade apresentar propostas para o patrimônio arquitetônico brusquense, identificando e valorizando os conjuntos edificados para preservação. Optou-se por trabalhar estas edificações numa escala mais abrangente, a escala urbana, visualizando o conjunto e não o elemento isolado, percebendo as suas relações com o entorno imediato e a sua inserção na cidade.

Uma relação de todos os patrimônios arquitetônicos e urbanos a serem preservados se faz necessária, visto que atualmente não existe cadastro ou planejamento contemplando o patrimônio no município. Considera-se portanto, prioritário um levantamento para confecção de um inventário.

Paralelamente ao inventário é apresentado um estudo das políticas preservacionistas, num âmbito mais geral, possíveis de aplicar em qualquer um dos casos indicados no inventário. Em quatro casos selecionados é feito estudo comparativo entre legislação existente e o que deve ser feito para preservação do patrimônio arquitetônico-urbanístico.

Com a intenção de valorizar o que existe de patrimônio arquitetônico e urbano em Brusque e estabelecer o que pode ser feito para a preservação do mesmo, sempre tendo como base a escala do município, apresentaremos propostas de intervenção, não trabalhando com projetos detalhados, mas com princípios, diretrizes e políticas de âmbito municipal.

2 - Fundamentação Teórico- Conceitual

2.1 Conceitos

Visando uma melhor fundamentação e maior esclarecimento das linhas de pensamento seguidas para elaboração deste trabalho, resolveu-se especificar alguns conceitos adotados:

Patrimônio

“As línguas românicas usam termos derivadas do latim *patrimonium* para se referir à "propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança". Os alemães usam *Denkmalpflege*, "o cuidado dos monumentos,

daquilo que nos faz pensar", enquanto o inglês adotou *heritage*, na origem restrito "àquilo que foi ou pode ser herdado" mas que, pelo mesmo processo de generalização que afetou as línguas românicas e seu uso dos derivados de *patrimonium*, também passou a ser usado como uma referência aos monumentos herdados das gerações anteriores."

(FUNARI, 1998).

"A idéia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos".

(Maria Cecília Londres Fonseca, *O Patrimônio em Processo*, apud Dicionário eletrônico Aurélio).

Neste trabalho o conceito de patrimônio utilizado se assemelha à segunda citação. Usa-se o termo patrimônio para definir todo elemento agregado de valores culturais de interesse coletivo, de diferentes escalas de abrangência (arquitetônica, urbana, material, imaterial,...). A palavra patrimônio define um bem que deve ser preservado para alguém, no caso trabalhado, algo de importância para a população e que deve fazer parte do futuro da cidade, tamanha significância.

Monumento

A Carta de Veneza (UNESCO, 1964), afirma que "toda a criação arquitetônica isolada ou agrupada, que seja testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico" é um monumento.

Anteriormente à carta, eram considerados monumento, as construções com certa magnitude, que impunham presença significativa perante as demais construções devido à sua dimensão. Atualmente considera-se monumento aquilo que possui significado, algo que tem um valor agregado, independente de seu tamanho ou presença visual.

Tombamento

"Palavra antiga que se referia aos documentos importantes que eram guardados e conservados na Torre do Tombo, em Portugal, "tombamento" atualmente significa um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação

específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados, culminando com o registro em livros especiais denominados Livros de Tombo.”

(Fundação Catarinense de Cultura)

Um elemento deve ser tombado se seu valor for de interesse social, o processo de tombamento segue de um levantamento sobre os valores e potenciais do objeto a ser tombado, sendo avaliado a importância do tombamento.

O tombamento de um patrimônio formaliza e registra aquilo que tem valor, mas não assegura que na prática isto vá realmente acontecer. O elemento tombado fica assegurado através de leis contra seu desaparecimento, garantindo legalmente sua preservação, seja na escala municipal, estadual ou federal.

Identidade cultural

Identidade é tudo que caracteriza alguém ou alguma coisa, onde há uma correlação entre a característica e o objeto. Identidade cultural seria a carga de informações e elementos que traduzem as características de um ser ou de uma coletividade.

Neste trabalho é abordada identidade cultural como a carga histórica (memórias e signos) de uma população, ou seja, tudo aquilo que contribuiu para a construção da sociedade e que lhe atribuiu características únicas.

2.2 O patrimônio e sua preservação

A consciência desse valor do patrimônio e da necessidade de sua preservação é relativamente recente, tomando maiores proporções somente com a Carta de Veneza em 1964, que apresenta parâmetros de conservação e restauração do patrimônio, enfatizando a importância da preservação.

Apesar de que houveram discussões e até realizações anteriores a Carta de Veneza, tanto no exterior quanto no Brasil, esta foi a mais significativa documentação sobre preservação do patrimônio. Durante o século XIX na Europa, num processo de enchimento das cidades, se ansiava por novas estruturas, onde muitas edificações antigas eram demolidas. “A preservação do patrimônio surge

como uma necessidade exatamente no momento de desaparecimento dos traços urbanos do passado” (MENEGUELLO, 2000).

Esta preocupação com a salvação imediata do patrimônio histórico causou o que Choay (2001) chama de “Complexo de Noé”, onde quase tudo que era antigo era considerado apto a ser preservado, simplesmente por ser antigo, e não por seu valor cultural, que muitas vezes não existia. Parecia que nesse resgate histórico seriam absolvidos da culpa de ter perdido muitos legados culturalmente muito mais importantes do que estes que estavam sendo preservados neste momento.

Um período posterior seria da “universalização” do patrimônio onde os órgãos competentes aproveitariam a particularidade do patrimônio para exploração no mercado cultural, como o turismo (CHOAY, 2001).

“As atuais conjunções concedem novos interesses à preservação do patrimônio cultural, como também, novas possibilidades de gestão. De um lado, temos o uso do patrimônio como incentivo ao *city marketing*: mercantilizado, apropriado aos interesses turísticos e de imagem, e muitas vezes, desvirtuado em relação ao significado simbólico e sua importância para a população local.”

(Guimarães).

O patrimônio é preservado não para o usufruto de sua população, a qual deveria remeter significados, mas é conservado e muitas vezes transformado para atender ao consumismo do ramo turístico.

Atualmente há dúvidas quanto à preservação, se seria consciente e crítica ou se simplesmente se entregaria ao mercado turístico, considerando as particularidades de cada local como produtos.

No Brasil, a intervenção estatal na propriedade privada com fins de preservar o patrimônio começa em 1937, com a instituição do tombamento. Porém neste período inicial os patrimônios definidos para o tombamento representavam apenas interesses da classe dominante e tratavam a edificação isoladamente, sendo que a preocupação com espaços urbanos a serem preservados e incluídos no planejamento do desenvolvimento urbano começa apenas na década de 70, conforme FREITAS (1995).

2.3 Problemática

Colonizada principalmente por alemães, a cidade de Brusque ainda conserva algumas características trazidas por estes imigrantes, um pouco voltadas para o turismo, como a Fenarreco (Festa Nacional do Marreco) que integra o calendário estadual de festas de outubro, que remetem às características das etnias colonizadoras. Não somente os imigrantes alemães, mas como os que vieram posteriormente, deixaram legados culturais expressivos no município, como por exemplo o Vale Azambuja pelos italianos e o conhecimento industrial trazido pelos poloneses.

Muitos desses legados, como os arquitetônicos, persistiram ao longo do tempo e fazem parte da atual imagem da cidade, reforçando a identidade cultural local. Porém, pelo precário estado de conservação de algumas edificações e pelo desaparecimento de outras tão importantes parece que não há preocupações com a preservação destes legados, inclusive por parte das autoridades, pela ausência de um plano específico que os preserve.

Idéias de menosprezar o que é antigo e substituir pelo novo são empecilhos para preservação das heranças arquitetônicas e urbanas, pois distorcem conceitos de cultura e identidade de uma sociedade. Inovações e novas estruturações para o município são sempre bem vindas, mas não é por isso que se pode esquecer toda a carga cultural acumulada durante a história, afinal “a cidade moderna não pode se agregar e funcionar a não ser a custa, pelo menos em parte, da cidade antiga” (TRENTIN, 2005)

As edificações históricas são os elementos mais expostos, pois se inserem no meio urbano em que a sociedade vive, a mercê muitas vezes da especulação imobiliária. Estão ali, fazendo parte do presente, trazendo suas memórias para compartilhar com a cidade atual. Não é cabível que se perca tal herança visando o “progresso” de uma cidade, entendido por muitos como novas estruturações.

Há de ter a harmonia entre o antigo e o novo, pois ambos caracterizam a cidade. “A condição de sobrevivência dos núcleos antigos remanescentes é determinada pela solução urbanística e pelos critérios tomados na cidade. A cidade deve ser pensada em seu conjunto, antiga e moderna (...)” (TRENTIN, 2005). Para assegurar tal

conformação é necessário um planejamento urbano, visando o desenvolvimento da cidade, mas que também considere a preservação da identidade e da memória coletiva.

Entretanto, um planejamento urbano que considere a preservação histórica só é possível quando a sociedade como um todo (população e poder público) possuir consciência da importância de tal preservação, do quanto se enriquece culturalmente considerando os valores históricos.

“A participação da população é o ponto essencial para que essa política tenha êxito com o tempo. Só se conserva aquilo que se utiliza, e os novos usos dos espaços asseguram a continuidade de respostas adequadas às novas necessidades, dentro da evolução da cidade”.

(Gutiérrez apud Trentin, 2005)

Com a consciência popular os elementos a serem preservados tomam um caráter social, a população se apropria culturalmente do patrimônio histórico porque identifica nele suas origens e tradições.

“(…)na medida em que a sua valorização depende do seu conhecimento, da identificação e da proximidade das pessoas com os bens culturais. É preciso considerar a participação da sociedade - seja diretamente, nas reivindicações de tombamento junto aos órgãos oficiais ou indiretamente, através de iniciativas da sociedade civil - na construção do patrimônio “.

(Cantarino, 2006).

Na intenção de destacar a história como apelo turístico, algumas construções atuais apelam para o pastiche, fazendo falsas alusões a elementos da arquitetura histórica, apresentando uma caricatura dos verdadeiros testemunhos arquitetônicos da cultura local.

Deve-se preservar elementos de valor social permitindo que façam parte do futuro da cidade, dentro de um desenvolvimento urbano organizado, permitindo o crescimento da cidade considerando os elementos significativos para a população.

2.3.1 Pastiche x Patrimônio histórico

Uma obra arquitetônica em que se utilizam técnicas construtivas contemporâneas, mas que fazem alusões à somente algumas formas da arquitetura histórica através de adornos, eis o pastiche.

“Um dos traços da malfadada pós-modernidade é o pastiche. Em arte se diz: fulano fez um pastiche de sicrano. Quer dizer: copiou, aproveitou o que já existia, escondeu sob a máscara do outro a sua precária criatividade. O pastiche é a impotência travestida de potência. A vontade de ser aquilo que não se é. O pastiche é o oposto da paródia, esta sim, uma revivificação da linguagem. Enfim, a arte das últimas décadas, confessadamente, vive recorrendo ao pastiche”

(SANT'ANA, 2005).

Há linhas de pensamento, como por exemplo Arantes (1998), que afirmam que a pós-modernidade se caracteriza pelo pastiche. Após a modernidade com toda aquela ideologia que visava o futuro e a novidade, não olhando para trás, ainda se nega o passado. A pós-modernidade vem contrapor-se a isto, mas criando simulacros. Agora que se descobriu toda a história negada pelos modernistas há uma tendência eufórica de se resgatar isto. Mas o resgate histórico é geralmente distorcido e os pastiches se alastram.

Como coloca Arantes (1998), estes historicismos apenas demonstram o quão “perdida” se encontra a atualidade, sem rumos, desprovida de conceitos e ideais, mas que busca no passado a base de uma vida coerente, com conceitos e ideais definidos. Porém este revivalismo é baseado no pastiche, ou seja, em construções contemporâneas que recortam e colam elementos característicos da arquitetura histórica.

O pastiche utilizado nas novas construções, principalmente nas obras públicas, demonstra esse caráter de tomar a história um produto, não como testemunho do passado e da cultura em si, mas com elementos recriados numa época em que não fazem mais sentido.

Esta arquitetura híbrida pode causar confusões referenciais, pois às vezes o pastiche copia a referência histórica a um ponto de visualmente não se identificar a

verdadeira da falsa arquitetura. Em termos referenciais da memória coletiva, isso acarreta grandes perdas, visto que as culturas que formaram a população atual se mesclam e muitas vezes perdem notoriedade, frente a esta falsa arquitetura (pastiche).

Na maioria das vezes é o próprio poder público que apela para o pastiche, geralmente em obras públicas “faraônicas”, como a Arena Multiuso inaugurada em 2005 que utiliza elementos do enxaimel, que funcionam como um chamariz para a cidade, formando um cenário de fachadas para o deleite dos olhos dos turistas.

“Preserva-se em atendimento às exigências do turismo, a grande indústria moderna, que maneja quantias incriveis enquanto vai forjando nos sítios visitados imagens, às vezes ressuscitadas, definidoras de peculiaridades culturais regionais aptas a estar sempre despertando a curiosidade dos viajantes ávidos de novidades. O turismo nasceu em volta de bens culturais paisagísticos e arquitetônicos preservados, e hoje, cada vez mais, vai exigindo a criação de mais cenários, de mais exotismos, provocando quadros artificiais, inclusive”

(LEMOS, 2000 apud HENNING, 2005).

O patrimônio arquitetônico é muito mais do que meramente um objeto estético e visual, não é somente um cenário para contemplação aos olhares dos turistas, mas é algo que remete a signos, memórias e sentimentos dos seus habitantes. Apesar da cidade possuir outras influências culturais (como a italiana, por exemplo), o pastiche que predomina é referente à técnica alemã enxaimel.



Prefeitura Municipal de Brusque.
Fonte da autora

Verdadeiras discrepâncias acontecem, pois as edificações contemporâneas não correspondem nem um pouco ao estilo arquitetônico trazido pelos alemães, a não ser pelo tratamento de fachada das obras atuais que faz lembrar o sistema estrutural do enxaimel.



Arena Multiuso em Brusque: técnicas construtivas contemporâneas (nota-se a utilização de estrutura metálica para o telhado) com fachadas fazendo alusão ao enxaimel.
Fonte da autora.

Mesmo ícones das cidades de colonização alemã, as verdadeiras edificações em estilo enxaimel estão desaparecendo¹, e suas *imagens* são coladas nas fachadas de edificações contemporâneas, criando uma cidade-cenário.

Não se pode resgatar a arquitetura histórica somente com adornos em fachadas. A verdadeira arquitetura histórica traz consigo a essência do passado. Não é meramente um aspecto físico, um estilo arquitetônico em si, mas tudo aquilo que o

¹ Em 1936, haviam na região de 183 casas enxaimel, sendo o total de habitações no município em número de 3016, enquanto que em 1980 haviam apenas 17 casas enxaimel.

passado representa para a população local: sua história, sua herança cultural e sua identidade.



Fórum Municipal.
Fonte da autora.

2.3.2 Identidade cultural – preservação

Em tempos de globalização, da ampliação a níveis mundiais dos sistemas de informações, a cultura dos mais diversos lugares tem se tornado homogênea. O modo de vida capitalista (consumista) vem se tornando padrão e se sobrepondo às peculiaridades de cada local. É a cultura de massa, que não faz distinção entre os povos.

A vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia etc. Discute-se também a perda de sentido de si, ou seja, o deslocamento ou descentramento do sujeito em consequência dessas mudanças.

(Pinto, 2004)

Preservar as origens pode garantir que a verdadeira identidade local, aquela que contribuiu para formação dos indivíduos, não se perca diante desta cultura padronizada, de caráter mais global.

A proposta de preservação de elementos importantes para a sociedade não deve ser algo imposto pelos órgãos públicos, de nada adianta criar planos de preservação do patrimônio histórico arquitetônico se a população não tem consciência sobre a importância de tal preservação, pois se preserva algo para a própria sociedade, é pra ela que essa herança cultural tem que fazer sentido.

“(…) há muitos fatores que inibem um engajamento ativo da gente comum na proteção patrimonial. Em primeiro lugar, há falta de informação e de educação formal sobre o tema.(…) Por fim, mas não menos importante, há uma falta de comunicação entre o mundo acadêmico (...) e o povo.

(…) Devemos lutar para preservar tanto o patrimônio erudito, como popular, a fim de democratizar a informação e a educação, em geral. Acima de tudo, devemos lutar para que o povo assuma seu destino, para que tenha acesso ao conhecimento, para que possamos trabalhar, como acadêmicos e como cidadãos, com o povo e em seu interesse.”

(FUNARI, 1998)

O patrimônio tem que tornar-se importante pra sociedade, para a mesma valorizá-lo e contribuir para sua preservação, o seu real significado deve ser recuperado. Segundo Souza (1978) muitos planos de preservação não vingam justamente pela falta de conscientização da população, por influências econômicas e políticas, e pela ineficácia de fiscalização.

Mesmo com uma legislação sobre a preservação, as edificações históricas continuam condenadas ao descaso, pois são necessários restauros e manutenções para evitar que este legado desapareça. Conforme Dias (2005) “o ato do tombamento não é garantia *sine qua non* de preservação, pois para que esta aconteça é necessária a participação da sociedade”.

Muitas edificações significativas para a sociedade brusquense hoje já desapareceram, a memória física que permitiria que sua memória fosse difundida mais facilmente, por estar num ambiente urbano e interagindo com a sociedade, já

não existe mais. Como é o caso da Igreja do Bairro Santa Terezinha demolida em 2002, na imagem abaixo.



Igreja da Santa Terezinha, destruída em 2002.
Fonte: foto de Honório Bertolini em ADAMI & ROSA,2005.

A partir de elementos históricos preservados, pode ser muito mais fácil o conhecimento e aprendizado da história, pois ela se encontra próxima das pessoas, participando do ambiente em que elas vivem, inserida no meio urbano, convivendo com o contemporâneo.

Baseado na concepção de que parte da identidade cultural depende da história da população e até mesmo para melhor compreensão da problemática abordada será colocada as transformações sociais, urbanas e arquitetônicas num resumo da história de Brusque.

Dentro da idéia de estabelecer políticas de preservação para o patrimônio de Brusque serão apurados os fatos históricos que contribuíram para o desenvolvimento da população brusquense, identificando a base da formação cultural e apresentado alguns elementos que deveriam ser preservados.

3 - Histórico da formação urbana de Brusque

3.1 Os imigrantes

3.1.1 Causas da imigração

Crises econômicas e políticas começaram a se alastrar por vários países da Europa, onde a população começou a ver a esperança de uma vida melhor na ida para o Brasil.

Paralelamente a esta crise, começam a surgir propagandas sobre o Novo Mundo, sobre a “concessão de terras (...) com a afirmação de que todos seriam proprietários, sem qualquer referência às dificuldades que os futuros colonos teriam de enfrentar” (SEYFERTH, p28 1974). Tal intenção de trazer imigrantes para o Brasil não é por acaso, um ponto importante é que em 1850 foi proibido o tráfico negreiro no Brasil. Logo, os escravos negros foram se extinguindo aos poucos. Era preciso conseguir um substituto para esta mão-de-obra, solução encontrada na vinda de imigrantes para o Brasil. O povoamento de certas regiões ainda desabitadas do território brasileiro também se fazia necessário para garantir os limites territoriais. Existiam até pessoas que faziam contratos com o governo brasileiro para garantir a vinda de imigrantes para o Brasil.

“Ao contrário dos primeiros imigrantes portugueses, os colonos alemães, italianos e poloneses não vinham com a idéia preconcebida de voltar, enriquecidos, quanto antes, aos lares da velha Europa, mas sim em busca de uma nova terra e de uma nova pátria”.

(Sérgio Buarque de Holanda, 1969 in POSENATO p513, 1983)

Dados dos relatórios do Diretor da Colônia Barão M. von Schneeberg constam que entre 1860 e o final do século XIX, a maioria dos imigrantes alemães que entraram no Itajaí Mirim eram camponeses e artesãos, confirmando assim a vida de pessoas que não se incluíam mais na nova situação européia e que acreditavam que aqui encontrariam uma vida melhor (ADAMI & ROSA, 2005).

3.1.2 A chegada no Novo Mundo – Etnias colonizadoras

A maior concentração de imigrantes alemães foi no sul do país. Os primeiros imigrantes a se instalarem na atual região de Brusque foram os alemães em meados

de 1860. Anteriormente os imigrantes se concentravam na Colônia de São Pedro de Alcântara. A demora no povoamento da região do Médio Vale deve-se ao seu relevo, de difícil acesso. Tanto que se utilizavam os rios como única rede de transporte até o litoral.

O interesse do governo brasileiro permitiu a vinda de mais imigrantes para a região e a fundação de diversas colônias. Era preciso povoar a floresta em pontos estratégicos, criando vias de penetração na mata para garantir e proteger o território nacional.

Na década de 1870 a proibição na Alemanha de campanhas para a emigração para o Brasil, atenuou a vinda de alemães que nas décadas anteriores vinham em grandes levas, “o que pode ser deduzido do grande número de colônias fundadas nesse período” (SEYFERTH, p33 1974).

Em geral, as regiões em que habitavam principalmente colonos alemães caracterizavam-se por “pequenas propriedades policultoras e pelo fato de permanecerem relativamente isoladas, gozando de uma certa autonomia e realizando um comércio em pequena escala” (SEYFERTH, p29 1974).

O fato do porque de Brusque ter herdado tão intensamente as características alemãs deve-se ao isolamento dos colonos alemães, visto que demorou cerca de dez anos para a vinda de imigrantes de outras nacionalidades.

Houve grande esforço do governo para colonizar a região de Brusque e Médio Vale, devido a sua importância de conectividade entre o litoral e o planalto catarinense.

As primeiras levas de imigrantes italianos chegaram ao porto de Itajaí no ano de 1875. Esses imigrantes foram se instalando ao redor dos lotes já preexistentes e ocupados pelos alemães. Tais imigrantes tiveram grandes dificuldades, pois a eles foram dados lotes não tão bons quanto aos ocupados pelos alemães e também pelo fato de que os que vieram, em sua maioria, eram ex-soldados e trabalhadores urbanos, não acostumados, portanto, à agricultura.

Não conseguindo se subsistir pela agricultura, ou pela própria inserção no meio urbano criado pelos alemães, muitos destes imigrantes buscavam outras localidades

para se instalarem. Muitos migraram para o interior, e formaram outras colônias, nas atuais regiões de Botuverá e Nova Trento. Outros ficaram na periferia do núcleo formado pelos alemães, mais distante da sede, como na região do Vale Azambuja, por exemplo, onde os italianos se distribuíram em 16 lotes ao longo de um ribeirão. Local para o qual trouxeram também sua religiosidade, onde posteriormente fundaram uma capela em devoção à Nossa Senhora de Caravaggio (BENSEN, 1977).

Por volta de 1869 chegam os primeiros poloneses a Santa Catarina, iludidos pelos agenciadores que se aproveitavam da crise na Polônia para fazer propaganda do Brasil. Sendo praticamente a última etnia a chegar, encontraram algumas dificuldades, como o despreparo por parte das autoridades em recebê-los e remaneja-los para algum lugar, o que gerou grande insatisfação dos poloneses. Poucos acabaram por se assentar marginalmente aos lotes dos imigrantes já preestabelecidos.

Na colônia de Brusque, os primeiros poloneses que se instalaram não representam um número significativo, a maioria migrou para o estado do Paraná em busca de melhores condições, enquanto que alguns se assentaram onde atualmente é Nova Trento. Apenas anos mais tarde, uma nova leva de poloneses se instala na região de Brusque, que darão início à produção têxtil.

Sobre os nativos da região do Médio Vale pouco se sabe, pois os únicos dados referentes a eles tomam partido das descrições dos primeiros colonos. O que consta é que os índios que viviam na região eram nômades, e percorriam desde o planalto até o litoral em busca de comida, se instalando em certos lugares provisoriamente. Quando os primeiros imigrantes começaram a se instalar no meio da mata, entraram em choque com os nativos, pois ocuparam a terra que os pertencia. Os confrontos eram violentos, sorrateiramente os nativos atacavam as colônias mais isoladas, enquanto que os imigrantes faziam verdadeiras caçadas com armas de fogo. O que se encontra nas literaturas é apenas a descrição dos ataques indígenas às casas, não poupando vidas nem de idosos e crianças, porém não é relatado o verdadeiro extermínio que os imigrantes fizeram dos nativos da região. Basta perceber a sociedade atual, grande maioria descendente de imigrantes europeus, pois poucos índios sobreviveram. Somente garantiam a sua vida aqueles nativos que se

“socializassem”, ou seja, se submetessem aos padrões de vida do europeu, negando completamente suas origens.

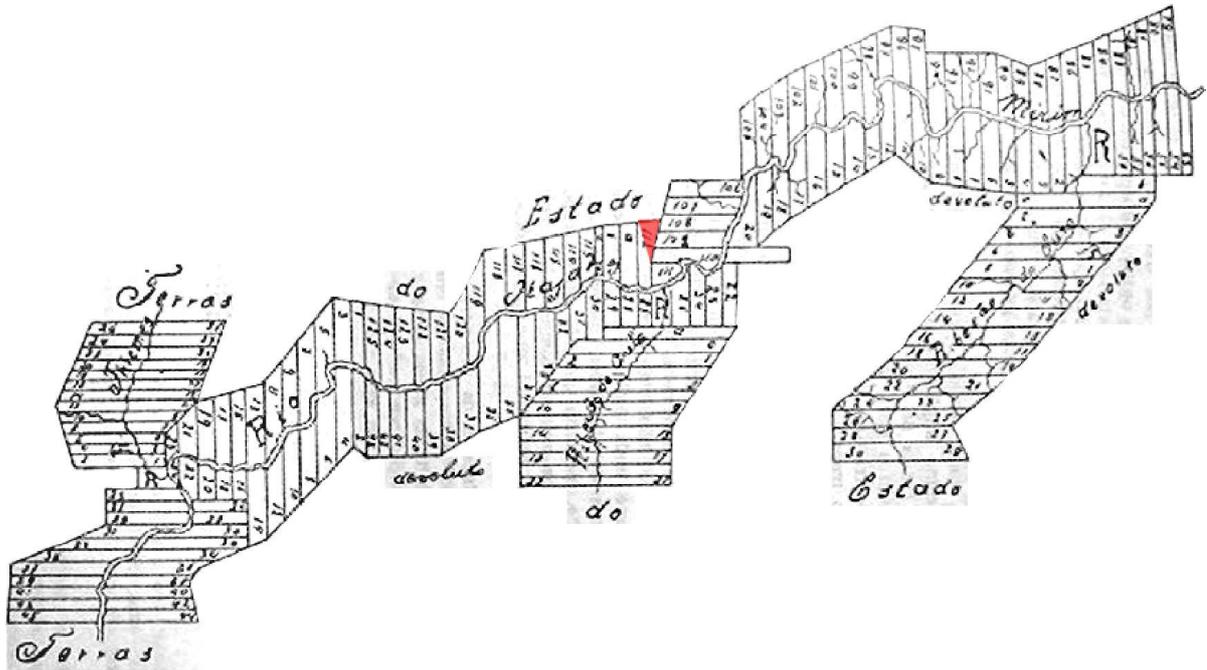
3.2 Formação urbana

Quando os primeiros imigrantes chegaram na colônia de Brusque, não havia nada além de mata densa. A prioridade do diretor da colônia era construir a sede administrativa, que futuramente seria a *Stadplatz*²(SEYFERTH, 1974). Inicialmente os imigrantes ficavam no rancho de recepção aguardando a medição dos lotes dos quais seriam proprietários.

Devido à inexistência de caminhos por terra, salvo poucas picadas na mata, a via de comunicação era através do Rio Itajaí Mirim. Logo, o início da conformação urbana deu-se às margens do rio. Um exemplo disto é a rua das Carreiras (atual Hercílio Luz), que representa o início da urbanização da colônia. A rua segue margeando o rio e já teve diversos estabelecimentos importantes para a colônia, como o ancoradouro, a casa de imigração e também a Sociedade de Atiradores, este último ainda existente.

Na vila, os próprios colonos começaram a fazer picadas e caminhos para dar acesso a seus lotes, com isto ganhavam uma pequena remuneração. Os novos caminhos eram abertos as margens de afluentes do rio Itajaí Mirim e pequenos ribeirões. A distribuição dos lotes segue a linha de picadas feitas. Apesar da topografia irregular, a conformação dos lotes era numa malha ortogonal.

² Stadplaz – de Stad, significa cidade e Platz lugar.

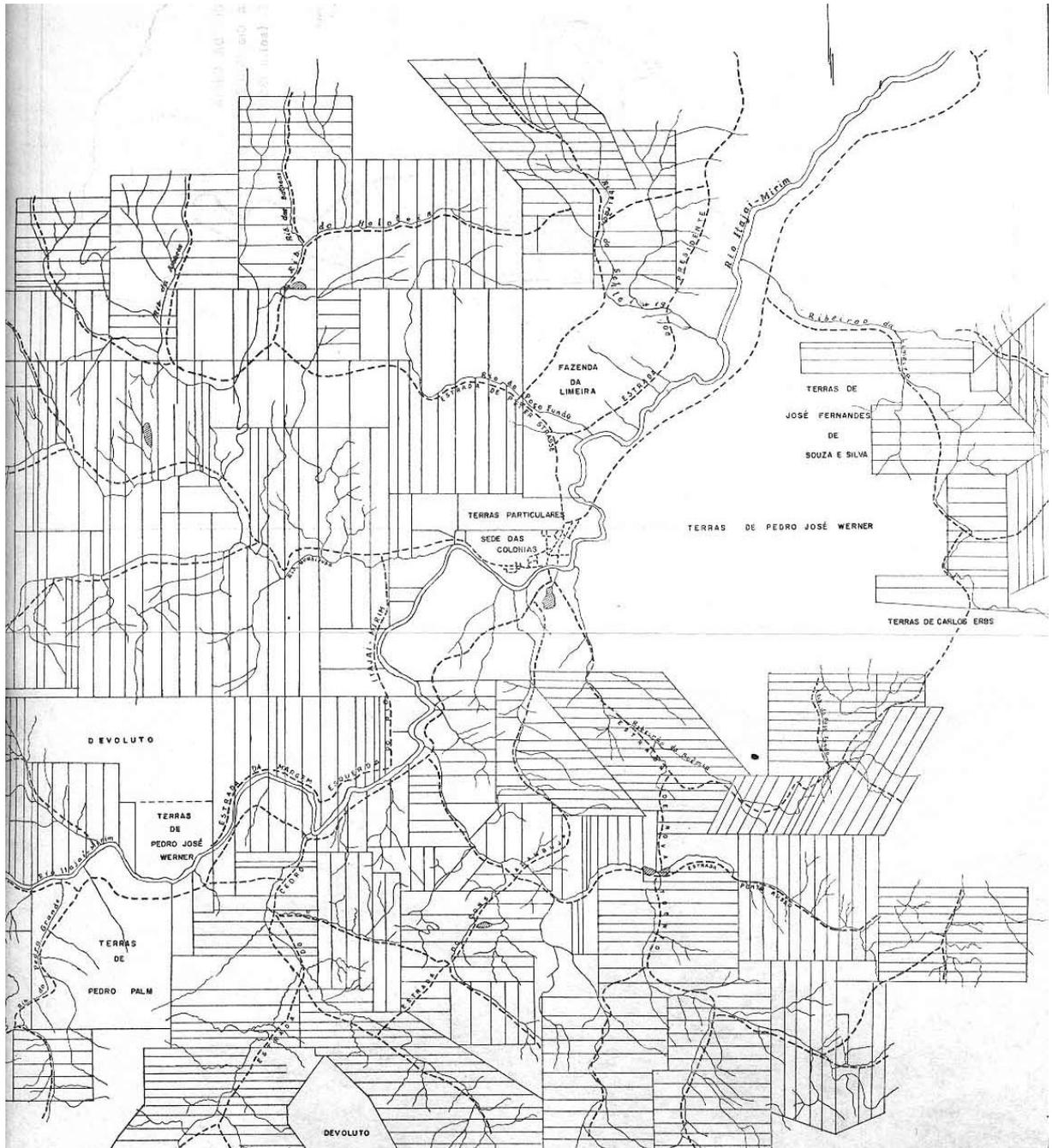


Demarcação dos lotes coloniais em 1890. Em destaque a localização da atual praça Barão de Schneeberg.

Fonte: ÁLBUM do 1º centenário de Brusque, 1960

Os primeiros lotes eram estreitos na testada, com 200 ou 300 metros, e compridos, com extensão de um ou mais quilômetros. Este modo de povoamento é semelhante à *Waldhufendorf*³, característica da colonização medieval das terras baixas do norte da Alemanha, que também eram lotes compridos, que iam do fundo de vale até o topo das montanhas, igual a situação implantada na Colônia de Brusque (SEYFERTH, 1974).

³ Waldhufendorf - Palavra que pode ser dividida em três partes : Wald quer dizer floresta, Hufe, refere-se à propriedade de forma alongada e Dorf, significa aldeia.



Planta cadastral das colônias de Brusque no fim do século XIX

Fonte: ÁLBUM do 1ºcentenário de Brusque, 1960

No entanto, tal conformação de lotes em certas regiões da Alemanha era devido aos métodos de agricultura praticados naqueles locais. Porém, os primeiros imigrantes alemães que vieram para o Vale do Itajaí, originavam-se da região de Baden, que possuía outros métodos de cultivo. Logo, a prática da agricultura era extremamente difícil, pois os colonizadores não estavam acostumados a cultivar em regiões com relevo acentuado.

As casas eram erguidas na testada do lote, no vale, conformando assim uma seqüência de residências. A malha urbana do final do século XIX era alongada devido a esta distribuição de lotes ao longo de rios e riachos.

O lote colonial estava assim dividido: cerca de 40% das terras destinavam-se à lavoura; 15% a 20% a pastagens, 10% de terreno baldio, cuja capoeira era novamente queimada após cinco ou seis anos de descanso e a terra novamente cultivada. A parte restante, geralmente montanhosa e imprópria para a lavoura, continuava coberta de mata virgem. Próximo à picada ficavam a casa, o estábulo, o rancho para armazenagem temporária dos produtos agrícolas e para guardar as ferramentas, o galinheiro e uma horta. Depois é que se sucediam as diversas roças.

(SEYFERTH, p60 1974).

Com o passar do tempo e a escassez de terras boas para agricultura, alguns lotes foram desmembrados, como herança dos pais para os filhos.

O constante desenvolvimento do povoamento refletia em seu traçado urbano. Como as picadas seguiam os rios, as casas eram edificadas ao longo destes, logo, o crescimento acompanhava o eixo do rio principal, o Itajaí Mirim. Até hoje nota-se a forma mais alongada da divisão municipal de Brusque, herança colonial.

3.2.1 Malha urbana

Segundo Peluso (1953), o plano urbano segue a cultura do grupo que constrói a cidade. Brusque tem suas características físicas territoriais de implantação semelhantes a dos seus antepassados na Alemanha. Já que teve como pioneiros e principais colonizadores, o grupo teuto (alemães).

Esse grupo iniciava ocupação territorial adaptando-se ao relevo local e partindo do centro comercial. As ruas tendiam a tornar-se paralelas ou perpendiculares à rua comercial, dando-lhe a proeminência da zona comercial.

O mesmo autor cita um comentário do urbanista Hans Bernoulli: “A cidade deve estar segura sobre o dorso da montanha ou protegida por um rio; deve ter um mercado, uma rua principal comprida e larga que chega a um amplo quadrado, no centro...”.

Para os alemães, a cidade deveria agrupar-se em torno do comércio, aonde chegam as estradas que a ligam à zona rural. “Fora dessa praça está a igreja. A subordinação do plano é, assim, feita ao comércio”.

Esta colocação cabe ao caso de Brusque, atualmente ainda percebe-se as igrejas (católica e evangélica) no alto do morro, a praça central no pé do morro e a principal rua como comércio. Configuração que teve início no princípio da formação da colônia e que ainda é característico.

3.2.2A formação da vila de Brusque como pólo da região do Médio Vale

O povoado da região de Brusque foi considerado vila em 1873, já haviam algumas atividades que caracterizavam uma cidade, como as igrejas (católica e protestante), escolas, o *Schützenverein*⁴ e a sede administrativa (SEYFERTH, 1974).

O contato com outras colônias, inclusive com a capital era muito remoto, a vila era um povoado isolado, devido também ao relevo em que foi estabelecido. O isolamento induziu a auto suficiência da colônia.

À medida que as aglomerações mais antigas (divisão de classes mais hierarquizadas, acumulação mais dinâmica) desenvolviam seu sistema produtivo e concorrencial como as de Blumenau, Brusque e Joinville, elas passavam a exercer papel dominante, utilizando as aglomerações mais recentes como receptoras da produção excedente, e à comercialização das mercadorias importadas.

(VIDOR, 1995)

Característica alemã, a vila tornou-se pólo para o comércio na região. As vendas dos povoados da região, em menor escala, eram dependentes da vendas da vila, as quais manipulavam os preços dos produtos, pois não havia concorrência.

A vila seguia seu desenvolvimento no sentido nordeste-sudoeste, margeando o rio Itajaí Mirim. Como o povoamento era mais esparso, não havia entre a comunidade uma relação de vizinhança, por isso na *Stadplatz* eram tão importantes para o convívio social os espaços públicos, como a igreja e o *Schützenverein*. Tais eventos

⁴ Schützenverein – Sociedade de atiradores.

comunitários chamavam pessoas de toda a região da colônia de Brusque, mesmo que esporadicamente ao longo do ano.

A autonomia da vila e os eventos comunitários contribuíam para a identidade dos colonos com o local. O isolamento da localidade também proporcionava esta união da comunidade, que formaram em Brusque seu conceito de cidade.

3.3 Atividades econômicas ao longo do tempo

3.3.1 Agricultura

O cultivo de plantas foi a primeira atividade realizada pelos imigrantes que chegaram na região. Logo após se instalarem no lote começavam a produzir, primeiramente eram produtos para consumo próprio, posteriormente o produto excedente ou não era utilizado na troca de outras mercadorias. Algum tempo depois é que começam a ser exportados alguns produtos pelo porto de Itajaí.

Os centros de vila começam a tomar um caráter mais urbano, substituindo a prática da agricultura pela atividade de comércio.

O cultivo de produtos agrícolas fica por conta das colônias periféricas, habitadas geralmente por imigrantes italianos, que adaptaram muitos de seus conhecimentos da terra natal na atividade agrícola.

3.3.2 Surgimento do comércio e serviços

Devido ao isolamento da vila, o comércio era de característica bem local, geralmente baseado na troca de mercadorias, poucas transações eram realizadas com dinheiro.

Eram nas vendas os locais de toda a transição comerciais, onde os colonos trocavam seus excedentes de produção por outras mercadorias. Havia uma certa exploração por parte dos vendeiros que se aproveitavam do isolamento da vila e da dificuldade dos meios de transporte para elevar os preços das mercadorias vendidas e pagar pouco nos produtos comprados dos colonos.

Os colonos ficavam amarrados nessa trama comercial, visto que não tinham outras opções para obter as mercadorias que necessitavam e nem ter pra quem vender seus excedentes de produção.

Os vendeiros de Brusque, pólo da região, controlavam toda a economia da região, pois monopolizavam o comércio, os meios de transporte e inclusive os empréstimos aos colonos. Com isto, toda a economia da região ficava centrada no comércio, nas mãos dos vendeiros.

Nas regiões onde houve predomínio de imigrantes italianos (Botuverá e Nova Trento) que se encontravam na periferia das colônias alemãs, o desenvolvimento do comércio foi mais sutil, pois não havia como concorrer com os grandes pólos, devido ao nível de desenvolvimento de tal comércio e à dificuldade de acesso às outras regiões para o escoamento da produção. Tais localidades se sustentaram ainda por algum tempo com atividades de necessidades primárias das regiões vizinhas.

Peluso coloca que a conformação urbana corresponde ao seu grupo de origem, no caso de cidades colonizadas por alemães, a rua do comércio e a praça central eram o ponto focal da vida urbana, em segundo plano ficava a igreja, geralmente ao alto de uma montanha. Tal característica é percebida até os dias atuais nas cidades onde predominou a imigração alemã.

Essa concentração da atividade comercial na vila proporcionou grande desenvolvimento dessa atividade ao longo dos anos. Característica da atualidade, o comércio é ainda o grande atrativo da região.

3.3.3 Desenvolvimento industrial e conseqüências no aspecto urbano

Concentrando a economia da vila em suas mãos, os vendeiros começaram a investir em outras atividades que complementassem a necessidade dos colonos, aproveitando-se do seu domínio de mercado. Começam então as pequenas indústrias ligadas ao vestuário, mercadoria que ainda precisava ser importado pois até então não era produzido na região.

Apesar dos vendeiros possuírem o capital necessário para desenvolver sua pequena indústria, quem se destaca no empreendedorismo industrial são os poloneses.

Tentativas frustradas de se instalarem na região fizeram com que os poloneses, vinte e um anos depois da chegada dos primeiros imigrantes, buscassem

alternativas para se sustentarem na região, abrindo uma pequena indústria de tecelagem.

Os poloneses aplicavam os conhecimentos de sua terra natal com os capitais conseguidos em sociedade com os vendeiros e empréstimos de alguns colonos. Em 1882 surgiu a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux. A Cia. Industrial Schlösser S.A., é fundada em 1911 pelos tecelões provenientes da região de Lódz, na Polônia. Em 1898 surgiu a Buettner S.A. Indústria e Comércio.

O surgimento destas indústrias trazem grandes modificações para a região, que antes tinha sua economia baseada na agricultura. Agora muitos colonos repartem seu tempo com suas lavouras e o trabalho nas fábricas.

A economia concentrava-se agora nas mãos dos vendeiros e industriais que se associavam e induziam até aonde os operários teriam que fazer suas compras.

Por iniciativa do industrial João Bauer, devido a consolidação das indústrias na região de Brusque, promove a instalação de uma usina de energia elétrica na região da atual cidade de Guabiruba, em 1913. Logo foi substituída por uma usina de uma empresa de Blumenau, melhorando o fornecimento de energia elétrica para a região, impulsionando ainda mais a produção industrial.

Todas as indústrias seguiam um único ramo, o têxtil, o que fazia a economia da cidade vulnerável.

O processo industrial teve forte presença na urbanização de Brusque, aonde se encontravam as maiores indústrias.

A urbanização é uma conseqüência inevitável do desenvolvimento econômico, mas não o urbanismo ou organização administrativa da cidade. A característica mais universal do desenvolvimento econômico é que ele transforma a estrutura da produção reduzindo a importância relativa da agricultura e aumentando as atividades não agrícolas.

(HAUSER, 1962 apud SEYFERTH, 1974)

No início do século XX a situação urbana de Brusque era bem, particular: havia um núcleo central comercial e residencial; o subúrbio de aspecto alongado e habitado

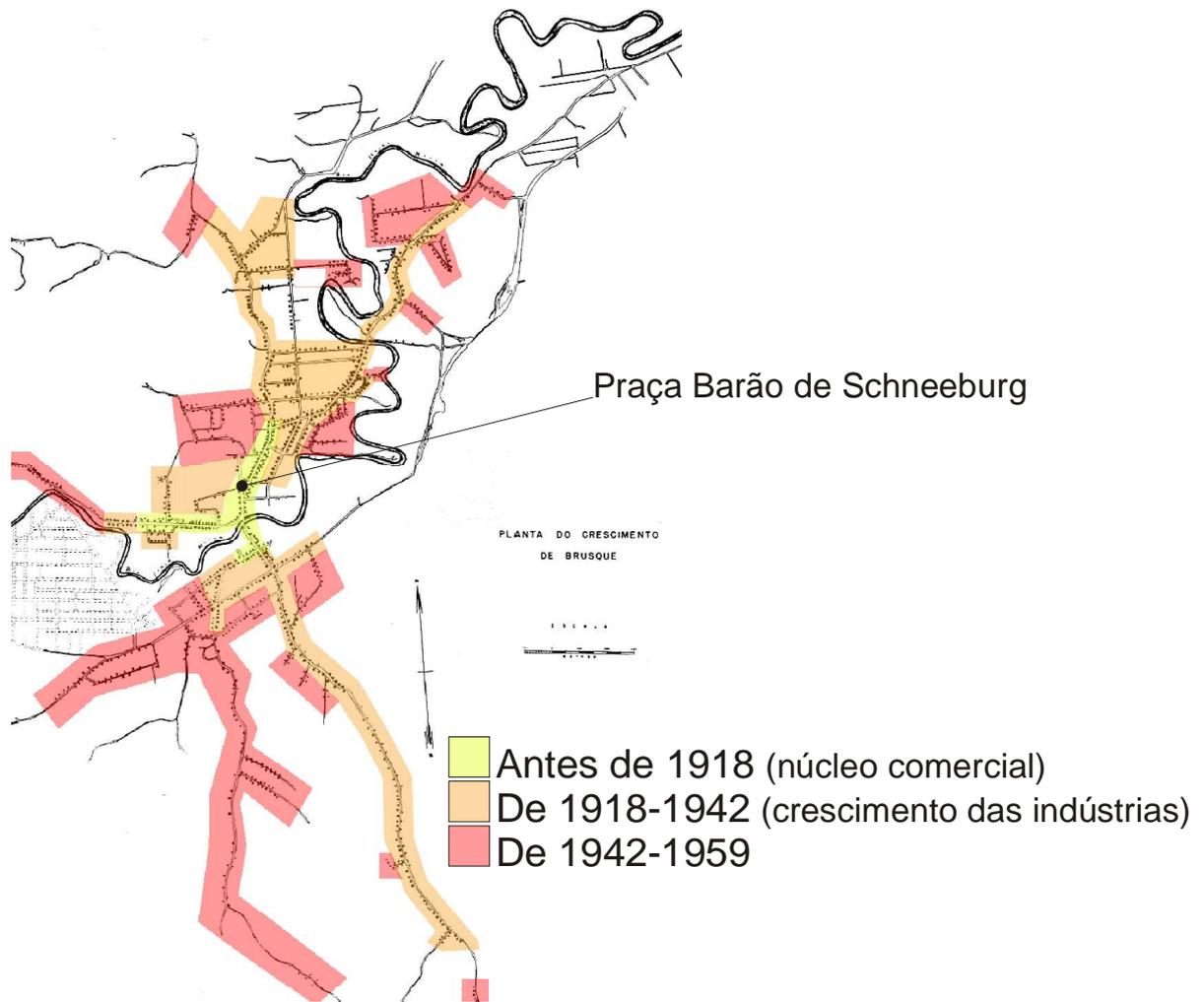
principalmente por operários; e os subúrbios mais distantes que se confundiam com o meio rural, onde habitavam colonos-operários.

A expansão da cidade de Brusque esteve intimamente ligada ao processo industrial, devido a esta dispersão da implantação das fábricas. Filiais foram instaladas inclusive nas cidades vizinhas, centrando a economia regional em Brusque.

A urbanização da cidade deu-se do subúrbio ao centro, com o desmembramento dos lotes coloniais. Segundo Bonamente, a presença de algumas indústrias na malha central da cidade criava um empecilho ao desenvolvimento urbano da mesma. Estas ali permaneciam, apesar do alto custo, ou por tradição ou por fácil acesso ao mercado.

No traçado da cidade de Brusque está bem claro que o desenvolvimento urbano seguia o rio Itajaí Mirim (transporte) e as estradas de acesso às grandes indústrias. A conexão com a região também se deu devido à necessidade de acesso dos operários de outras cidades para as indústrias.

A indústria metalúrgica começa a se inserir na economia brusquense na década de 60 e a partir da década de 80 surgem as microempresas. Ao final do século XX, Brusque tem um índice de 99,3% da produção econômica originária do setor industrial. (Fundação Catarinense de Cultura, 1994)



Mapa crescimento urbano na região central do município até 1959.
 Fonte: ÁLBUM do 1º centenário de Brusque, 1960. Adaptação da autora.

4 – Metodologia

Como objetivo principal deste trabalho pretende-se identificar o patrimônio em potencial para preservação na cidade de Brusque, baseado na verificação de seu valor para a sociedade e colocação de propostas a fim de assegurar a preservação dos elementos apresentados.

Para atingir tais objetivos buscou-se uma fundamentação teórica que confirmasse o potencial de cada patrimônio da cidade, identificados com base histórico-cultural. Após a identificação foi elaborado um mapeamento para situar cada elemento no contexto urbano de Brusque.

A dimensão escolhida para o desenvolvimento do trabalho foi a escala urbana, portanto, mesmo depois de identificados os elementos, em suas mais variadas grandezas (ambientações, arquitetônicas,...) procurou-se elaborar um método que permitisse a visão dos elementos na escala desejada.

Objetivando isto surgiu a classificação por conjuntos dos elementos identificados. Cada conjunto compreende elementos com características em comum, seja por sua grandeza de abrangência ou pela similaridade na preservação.

A colocação por conjuntos permite visualizar os elementos isolados, mas garantindo a sua escala de abrangência urbana em função do agrupamento. É fundamentada nesta classificação que propõe-se políticas preservacionistas para garantir a presença destes importantes elementos no cenário urbano de Brusque.

5 – Inventário do patrimônio arquitetônico urbanístico de Brusque

O inventário surge como uma forma de registro das arquiteturas históricas na cidade e de apresentar para conhecimento geral o que possivelmente pode ser preservado, valorizando através do conhecimento o patrimônio do município. Parte deste inventário foi baseado num cadastro realizado pela Fundação Catarinense de Cultura em 1991, onde puderam ser observadas as transformações e perdas que sofreu o patrimônio nestes 15 anos.

Abreviaturas utilizadas como referência da fonte consultada:

- CCR: Projeto Casarões, 2003. Disponível em www.ccrenaux.com.br.
- CSL: Colégio São Luiz. Disponível em www.csלבq.com.br
- FCC: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991.
- PMB: Prefeitura Municipal de Brusque.

01

Denominação: casa enxaimel
Uso atual:residencial
Data da construção:
Localização:R. São Pedro - Bairro São Pedro
Proprietário:



02

Denominação: casa enxaimel
Uso atual:residencial
Data da construção:1937 (CCR)
Localização:R. Adelaide Fisher, 86 - Bairro São Pedro
Proprietário:Esmeralda Fischer Hörner (CCR)



03

Denominação:
Uso atual:comercial (Empório Imhof)
Data da construção:1941 (FCC)
Localização:R. São Pedro, 65 (esquina com R. São Francisco) -Bairro São Luiz
Proprietário:Arlindo Imhof (PMB)



04

Denominação:
Uso atual:serviço (Barbearia Vizentainer)
Data da construção:
Localização:R. São Pedro, 5 (Bairro São Luiz)
Proprietário: Antonio Vizconti (PMB)



05

Denominação:Tiro de Guerra
Uso atual: institucional
Data da construção:
Localização:R. Felipe Schmidt, 455
Proprietário:



06

Denominação:
Uso atual:residencial
Data da construção:
Localização:R. Felipe Schmidt, 443 - Bairro São Luiz
Proprietário:Eugênia Munch (PMB)



07 **Denominação:** Museu Histórico e Geográfico do Vale do Itajaí-Mirim / Sociedade Amigos de Brusque
Uso atual: institucional
Data da construção: (enxaimel transplantado - FCC)
Localização:R. Otto Renaux, 285 -Bairro São Luiz
Proprietário:



08 **Denominação:**
Uso atual: residencial
Data da construção: década de 40 (CCR)
Localização:R. Carlos Gracher, 100 (esquina R. Otto Renaux) - Bairro São Luiz
Proprietário: Guilherme Strecker (PMB)



09 **Denominação:**
Uso atual: comercial (Estação 253)
Data da construção:
Localização:R. Marcos Malossi, 71 - Bairro Centro
Proprietário:



10 **Denominação:**
Uso atual: comercial (Infohard)
Data da construção:
Localização:R. Felipe Schmidt, 250 - Bairro Centro
Proprietário:Antonio Carlos Goedert (PMB)



11 **Denominação:**
Uso atual: desocupada
Data da construção:
Localização:R. João Bauer, 142 - Bairro Centro
Proprietário: Ambar Comércio e Representações (PMB)



12 **Denominação:** Consulado
Uso atual: residencial
Data da construção: década de 20 (CCR)
Localização:R. João Bauer (esquina R. Otto Renaux)
Proprietário: Juliano Renaux (FCC e CCR)



13 **Denominação:**
Uso atual: desocupado
Data da construção:
Localização:R. Vereador Guilherme Niebhur, 179 -
Bairro Centro
Proprietário:



14 **Denominação:**
Uso atual: residencial
Data da construção:
Localização:R. Felipe Schmidt,65 -Bairro Centro
Proprietário: Augusto Müller (PMB)



15 **Denominação:**
Uso atual: serviço (Projeto & Obra:)
Data da construção: aproximadamente 1920 (FCC)
Localização: R. Felipe Schmidt, 45 - Bairro Centro
Proprietário: Iolanda Appel (PMB)



16 **Denominação:**
Uso atual: residencial
Data da construção:
Localização: R. Felipe Schmidt, 74 (esquina João
Bauer) - Bairro Centro
Proprietário: Germano Appel (PMB)



17 **Denominação:**
Uso atual: residencial
Data da construção:
Localização: Felipe Schmidt, 48 - Bairro Centro
Proprietário: Inácio Stolf (PMB)



18 **Denominação:**
Uso atual: serviço (SOS Animais)
Data da construção:
Localização: Av. Barão do Rio Branco, 33 - Bairro
Centro
Proprietário:



19 **Denominação:**
Uso atual: residencial
Data da construção:
Localização: Av. Barão do Rio Branco, 74 (esquina Otto Renaux) - Bairro Centro
Proprietário: Aires Fischer (PMB)



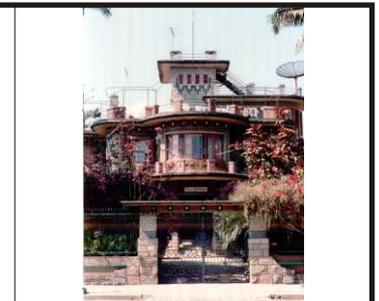
20 **Denominação:**
Uso atual: serviço (3Z Construção e Incorporação)
Data da construção:
Localização: Av. Barão do Rio Branco, 12 (esquina Av. Cônsul Carlos Renaux) - Bairro Centro
Proprietário: Zita Renilde Appel Imhof (FCC)



21 **Denominação:**
Uso atual: residencial
Data da construção: aproximadamente 1910 (FCC)
Localização: Av. Barão do Rio Branco, 34 - Bairro Centro
Proprietário: Idemar da Silva (PMB)



22 **Denominação:** Villa Quisisiana
Uso atual: residencial
Data da construção: 1933 - 1935 (CCR)
Localização: R. Rodrigues Alves, 274 - Bairro Centro
Proprietário: Iris Renate von Buettner Pastor (PMB)



23 **Denominação:**
Uso atual: comercial (Ibiza / Levi's)
Data da construção:
Localização: Av. Cônsul Carlos Renaux, 181 - Bairro Centro
Proprietário: Adriana Renaux (PMB)



24 **Denominação:**
Uso atual: comercial (Bom Preço)
Data da construção: 1925 - 1928 (FCC)
Localização: Av. Cônsul Carlos Renaux, 167 - Bairro Centro
Proprietário: Wigando Erzinger (PMB)



25 **Denominação:**
Uso atual: comercial (Gervásio Modas)
Data da construção:
Localização: Av. Cônsul Carlos Renaux, 130 - Bairro Centro
Proprietário:



26 **Denominação:**
Uso atual: serviço (Serralheria Mosimann)
Data da construção: 1931 (FCC)
Localização: R. Rodrigues Alves, 208 - Bairro Centro
Proprietário: Irmãos Mosimann (FCC)



27 **Denominação:** Biblioteca Pública Municipal Ary Cabral
Uso atual: institucional
Data da construção: 1936 - 1938 (CCR)
Localização: R. Pastor Sandresky - Bairro Centro
Proprietário:



28 **Denominação:**
Uso atual: residencial
Data da construção:
Localização: R. General Osório, 253 - Bairro Centro
Proprietário: Roberto Lauritzer (PMB)



29 **Denominação:** Colégio São Luiz
Uso atual: institucional
Data da construção: aproximadamente 1910 (CSL)
Localização: R. Padre Gattone - Bairro Centro
Proprietário:



30 **Denominação:** Banco Itaú
Uso atual: serviço
Data da construção: década de 50
Localização: Av. Monte Castelo (Pç Barão de Schneeberg, 1) - Bairro Centro
Proprietário:



31 **Denominação:**
Uso atual: comercial
Data da construção: início século XX (CCR)
Localização: R. Conselheiro Rui Barbosa - Bairro Centro
Proprietário: vários



32 **Denominação:**
Uso atual: misto (Boby Blues / Advocacia)
Data da construção: aproximadamente 1890 (FCC)
Localização: R. Conselheiro Rui Barbosa - Bairro Centro
Proprietário: Tarcísio Schaefer (FCC)



33 **Denominação:**
Uso atual: comercial (Igs)
Data da construção: aproximadamente 1920 (FCC)
Localização: R. Conselheiro Rui Barbosa, 19 - Bairro Centro
Proprietário: Alice Schaefer (FCC)



34 **Denominação:**
Uso atual: misto (comercial e residencial)
Data da construção:
Localização: R. Hercílio Luz, 10 - Bairro Centro
Proprietário: Dons Heil (PMB)



35 **Denominação:**
Uso atual: residencial
Data da construção: 1935 - 1936 (CCR)
Localização: R. Pedro Werner, 30 - Bairro Centro II
Proprietário: Pedro Morelli (PMB)



36 **Denominação:** Clube Esportivo Paysandú
Uso atual: institucional
Data da construção: (clube fundado na década de 60)
Localização: R. Gustavo Richard, 2 (esquina R. Pedro Werner) - Bairro Centro II
Proprietário:



37 **Denominação:**
Uso atual: comercial (Leo Placas)
Data da construção:
Localização: R. Pedro Werner, 185 - Bairro Centro II
Proprietário:



38 **Denominação:**
Uso atual: comercial (Celestial)
Data da construção:
Localização: R. Pedro Werner, 85 - Bairro Centro II
Proprietário: Oswaldo Appel (PMB)



39 **Denominação:**
Uso atual: residencial
Data da construção: 1948 (CCR)
Localização: R. Getúlio Vargas - Bairro Centro II
Proprietário: Anete Hoffmann (PMB)



40 **Denominação:** Companhia Industrial Schlösser S/A
Uso atual: industrial
Data da construção:
Localização: Av. Getúlio Vargas, 63/87 - Centro II
Proprietário:



41 **Denominação:**
Uso atual: misto (residencial e comercial-Cicle Carlitos)
Data da construção: aproximadamente 1927 (FCC)
Localização: R. Getúlio Vargas, 173 (esquina Lauro Müller) - Bairro Centro II
Proprietário: Ignez Malossi (FCC)



42 **Denominação:**
Uso atual: residencial
Data da construção: década de 60
Localização: R. Getúlio Vargas, 325 - Bairro Centro II
Proprietário: Ivo Willrich (PMB)



43 **Denominação:** Antiga Fazenda Maluche
Uso atual: comercial (Rovian)
Data da construção: 1880 (ampliação na década de 20)(FCC)
Localização: Av. Augusto Bauer, 7 - Bairro Maluche
Proprietário: Winton Maluche (PMB)

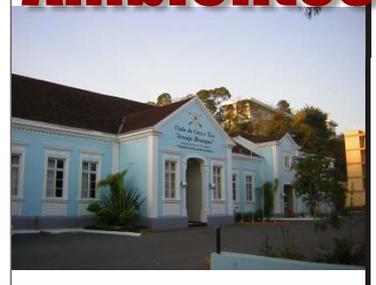


44 **Denominação:**
Uso atual:
Data da construção: 1875 - 1880 (CCR)
Localização: Rua do Cedro (SC 486) - Bairro Dom Joaquim
Proprietário: família Comandolli (CCR)



Ambientes

Denominação: Conjunto Rua das Carreiras
Localização: Av. Hercílio Luz - Bairro Centro



Denominação: Conjunto Centro (Igrejas conformando o espaço)
Localização: área central - Bairro Centro



Denominação: Conjunto Vale Azambuja
Localização: Rua Azambuja - Bairro Azambuja



Denominação: Conjunto Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A
Localização: Av. 1° de Maio - Bairro 1° de Maio



Denominação: Praça Barão de Schneeberg
Área central



Denominação: Avenida Beira Rio
Margem do Rio Itajaí-Mirim - Bairros: Maluche / Centro
/ Santa Rita / Santa Terezinha



4 - Proposta de Políticas de Preservação

Brusque é uma cidade que em crescimento, conforme dados da prefeitura, em 2004 o crescimento era de 3% ao ano. Diante desta situação aparece a necessidade de novas estruturas que comportem este desenvolvimento e considerem os elementos que foram de grande importância histórica.

A memória de uma sociedade deve ser preservada, pois é nela que se identificam os valores culturais característicos de sua origem. A obra arquitetônica histórica expressa esses valores culturais, pois pode representar um período específico, remetendo a acontecimentos que fazem parte da memória coletiva.

No conjunto de bens culturais produzidos pela humanidade, a arquitetura constitui um testemunho excepcional na formação da memória histórica dos povos e, na formação da identidade. Ela é um testemunho sedimentado e acumulado dos modos de vida do homem, não só daqueles que a conceberam na origem, mas também dos que ali viveram através dos tempos e lhe conferiram novos usos e significados. A arquitetura é carregada de sentimentos de gerações, acontecimentos públicos, tragédias, fatos novos e antigos.

(TRENTIN, 2005)

Permitir que estes elementos históricos e atuais façam parte da cidade no presente e no futuro valoriza as origens culturais dos habitantes deste município pois preserva parte da memória social. Um planejamento urbano consciente sobre a importância da preservação do patrimônio histórico e atual permite que a cidade cresça e se desenvolva sem perder suas características.

Propõe-se que a preservação deva ser considerada dentro de um plano urbano de desenvolvimento da cidade estipulado pela prefeitura na forma de um plano diretor. Considerando que a preservação ocorre em um bem de caráter público, ou seja, algo de importância para toda sociedade, deve-se incentivar parcerias entre o poder público e a população.

A comunidade deve participar e para tal se demonstra necessária uma política educacional para conscientização da importância do patrimônio para que o plano preservacionista funcione. Cantarino (2006) coloca que o papel da sociedade é fundamental inclusive na escolha do que deve ser preservado, e que a participação ativa da população permite uma maior garantia na conservação deste patrimônio.

Parcerias (públicas-privadas-comunidade) devem ser estimuladas, pois a integração destas podem assegurar a real preservação do patrimônio, obtendo maiores recursos e investimentos. Há casos em que o patrimônio é protegido por lei mas o que acontece na prática é bem diferente, como é o caso de alguns casarões no centro de Florianópolis que são tombados mas estão deteriorados e abandonados, como Dias (2005) coloca que a “manutenção destas edificações está assegurada por Lei, mas isso não garante a sua manutenção no tempo e no espaço sempre mutante da cidade.”

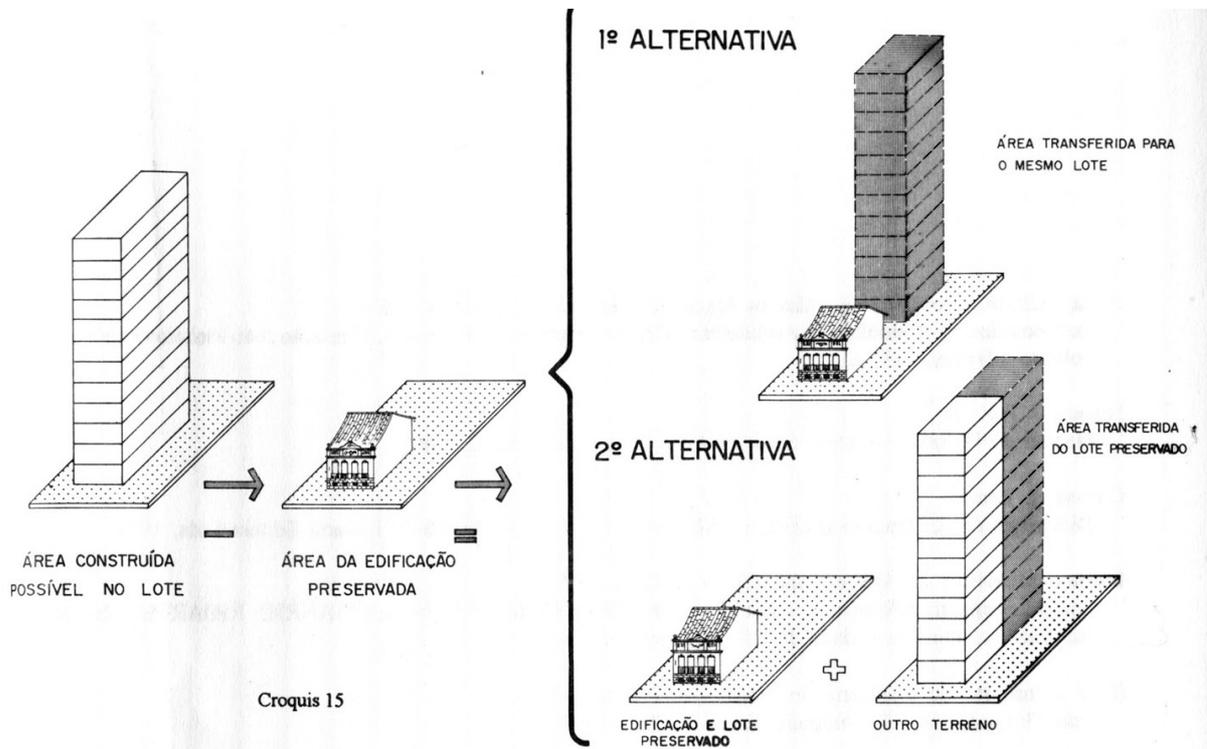
Pretende-se incentivar as parcerias para assegurar na prática que a preservação aconteça, dentro de um planejamento adequado. Com o intuito de oferecer uma base para a introdução do plano de preservação no planejamento urbano propõe-se uma metodologia que será apresentada a seguir, para a elaboração deste plano, constituindo-se basicamente numa apresentação das políticas preservacionistas e numa classificação dos elementos a serem preservados.

6.10 Patrimônio histórico incluído no Plano Diretor

O Plano Diretor Municipal inclui legalmente a preservação do patrimônio, prevendo benefícios fiscais e transferência do potencial construído (Anexo III), mas isto não resulta em práticas efetivas no município, onde não há edificação tombada em nível federal, estadual ou municipal.

A inclusão da preservação no mecanismo que prevê o desenvolvimento urbano contribuirá para que a cidade cresça ordenadamente sem perdas culturais, pois considera que o mesmo faz parte integrante deste crescimento qualificado. Preservar o patrimônio não significa paralisar a cidade, nem quando se trata de ambientes urbanos ou sítios históricos.

Existe um mecanismo chamado “transferência do potencial construído”(Anexo V), o qual é mencionado pelo plano diretor de Brusque que consiste em transferir para um outro terreno ou em alguns casos para o mesmo, o que poderia ser construído no local em que existe uma edificação histórica. Exemplificado no esquema abaixo:



Fonte: IPUF, 1993

Este caso exemplifica como a preservação pode estar inserida no planejamento urbano, pois se em locais com edificações tombadas não é possível o usufruto de todo potencial construído, pode-se prever áreas em que possa ser aplicado este potencial, ou seja, áreas com infraestrutura suficiente para receber este adensamento.

“A transferência do direito de construção, ao desmembrar a relação entre a propriedade e o direito de construir, possibilita gerar recursos para a recuperação áreas sujeitas a restrições urbanísticas que comprometem o valor e/ou preservação do patrimônio ambiental”.

(Botler;Pereira;Jurema, 1995)

A isenção total ou parcial das taxas e impostos que incidem sobre o patrimônio também pode auxiliar na sua preservação, sendo este beneficiamento proporcional ao estado de conservação da edificação, estimulando o proprietário à manutenção do bom estado do patrimônio.

Tratar alguns conjuntos de patrimônios como de interesse de lazer e turístico pode estimular também a aplicação de recursos financeiros que podem ser revertidos em manutenção do patrimônio.

No caso de conjuntos com várias edificações a serem preservadas, o Plano Diretor pode por exemplo tomar todos os elementos como um grupo e trabalhar a preservação do conjunto, a fim de agilizar o processo de preservação, criando um zoneamento e definindo parâmetros para este zoneamento.

O planejamento urbano pode assim auxiliar a preservação do patrimônio, a partir do momento em que inclui esses princípios no Plano Diretor, considerando a sua preservação como parte do desenvolvimento da cidade.

6.2 Como funciona um tombamento

O tombamento do patrimônio é o primeiro passo para garantir a sua preservação, pois torna-o assim protegido por lei contra a demolição ou descaracterização. Este processo depende do significado do conjunto, ou seja, de sua abrangência, podendo ser tombado em nível municipal, estadual ou federal, pelos seguintes órgãos respectivamente: o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a FCC (Fundação Catarinense de Cultura) e pelas prefeituras municipais.

O grau de importância do patrimônio é definido pela sua representatividade, por exemplo, “cabe ao Governo Federal tomar os bens e conjuntos históricos ligados a eventos ou personalidades que são únicos e notáveis para a memória de toda a nação brasileira” (FCC, 2002), assim como cabe ao Estado e ao Município tombarem os bens significativos para cada um, com legislação específica (ver Anexos).

Qualquer pessoa pode pedir o tombamento de uma unidade ou conjunto a ser avaliado, encaminhando processo para a validar o tombamento e definir em qual instância deve ser preservado. Este pedido deve ser acompanhado de imagens e justificativa para o tombamento, dentre outros elementos que confirmem a importância do patrimônio para a sociedade. A solicitação é então avaliada e caso aprovada por uma comissão técnica e poder público, este patrimônio é inscrito no Livro de Tombo.

O patrimônio tombado fica sob responsabilidade do proprietário, sendo permitido inclusive a venda ou aluguel do imóvel. Este também deve assegurar o seu bom estado, fazendo reformas e restauros quando necessário. Podem ocorrer também outros incentivos por parte do Poder Público, como a isenção de taxas que incidem sobre a propriedade, para apoiar os proprietários na conservação do patrimônio.

Uma política pública voltada para a fiscalização e manutenção do patrimônio deve ser estimulada, pois além de auxiliar os proprietários, com apoio técnico ou isenção de impostos, a fiscalização deve impedir que o patrimônio tombado seja relegado ao descaso, chegando a um estado de deterioração e conseqüente perda total, podendo neste caso, o proprietário sofrer algum tipo de sanção.

6.3 Conjuntos

Afim de esclarecer as políticas preservacionistas que propostas e de melhor organizar as particularidades de cada patrimônio, respeitando sua escala de abrangência, propõe-se uma classificação por conjuntos, em que os elementos pertencentes ao mesmo conjunto apresentem semelhanças de identificação e de possíveis propostas preservacionistas.

Conjuntos:

- Ambiente urbano com arquiteturas de valor histórico como cenário.
- Ambiente urbano – espaço aberto
- Arquiteturas

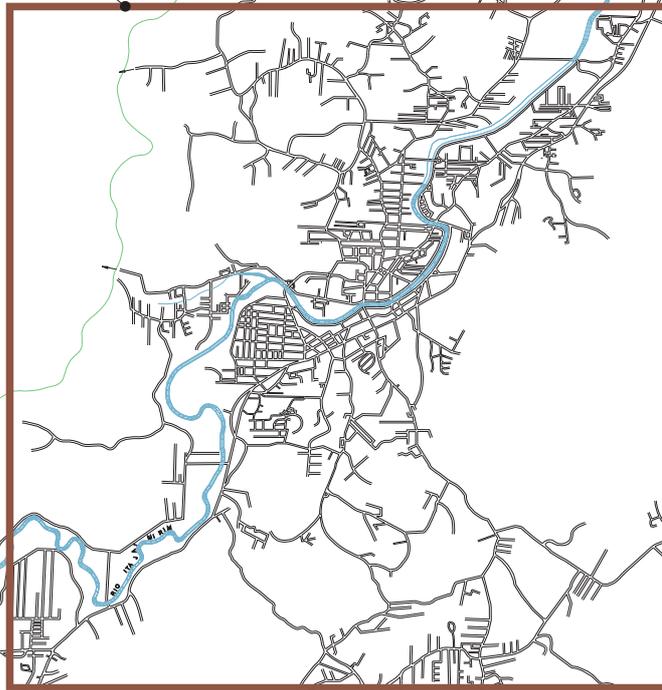
O agrupamento por conjuntos permite que o patrimônio não seja visto isoladamente, mas fazendo parte de uma proposta maior integrada numa escala urbana. A seguir será colocado a classificação que foi feita para os elementos que deverão ser preservados, tratando do conjunto até os elementos que o compõem.

Mapa Brusque

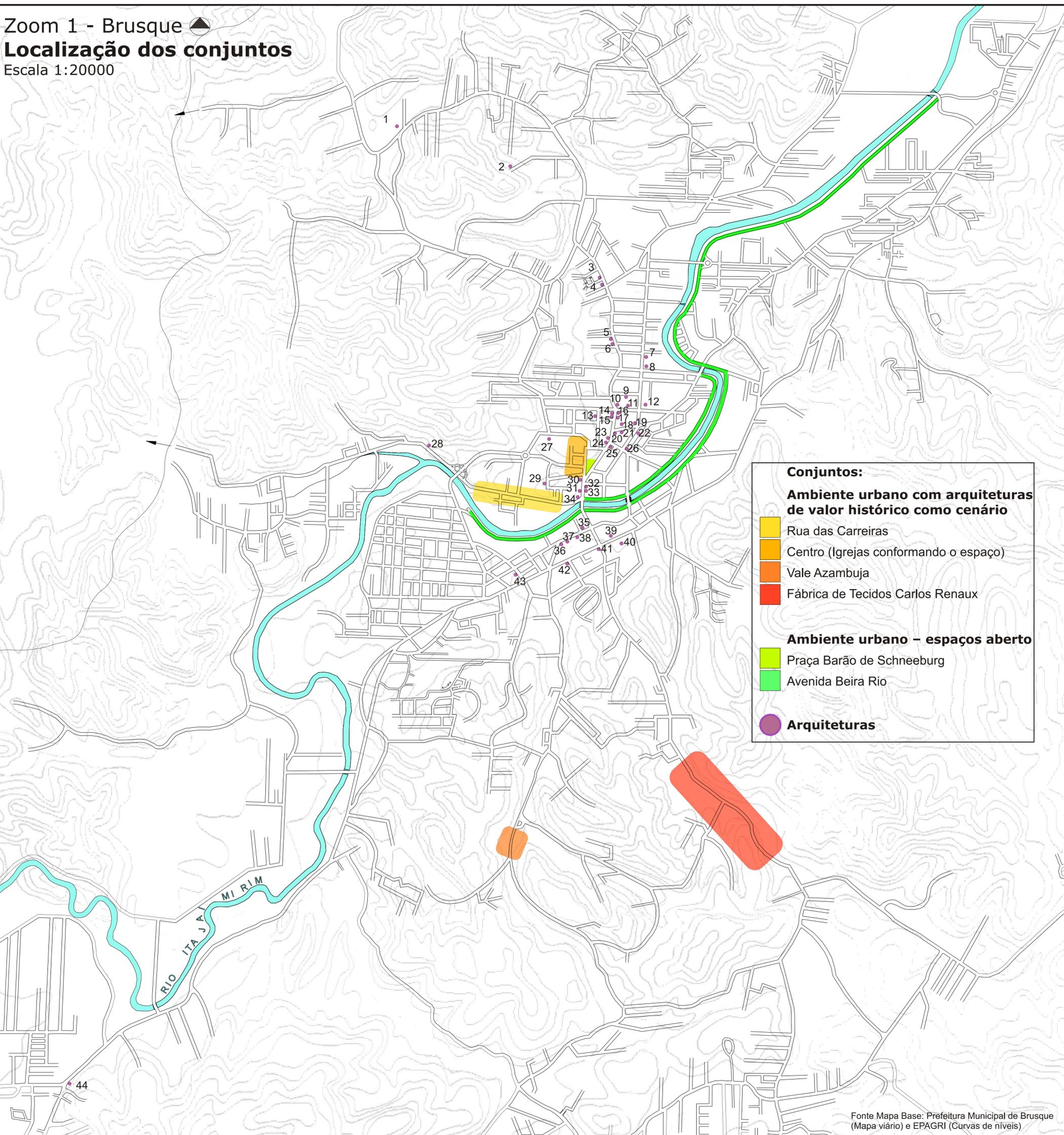
Escala 1:100000



Zoom 1



Zoom 1 - Brusque 
Localização dos conjuntos
Escala 1:20000



6.3.1 Ambiente urbano com arquiteturas de valor histórico como cenário

Alguns pontos da cidade têm sua configuração urbana como herança de processos históricos. Tão importante quanto o próprio ambiente urbano é o cenário que conforma o mesmo, formado principalmente por edificações históricas. Garantir a permanência destes espaços é permitir que estas heranças culturais façam parte do futuro da cidade, transmitindo valores histórico-culturais para a sociedade.

“Numa época em que a crescente universalidade das técnicas construtivas e das formas arquitetônicas apresentam o risco de provocar uma uniformização dos assentamentos humanos no mundo inteiro, a salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais pode contribuir extraordinariamente para a manutenção e o desenvolvimento dos valores culturais e sociais peculiares de cada nação e para o enriquecimento arquitetônico do patrimônio cultural mundial”.

(Recomendação de Nairóbi - UNESCO - novembro 1976 apud COMANDOLLI & SCHWARZ, 1982)

Para preservar o ambiente urbano e suas edificações históricas, há de se ter um controle em todo o entorno, mesmo nas edificações que simplesmente funcionam como “paredes” para este ambiente e não possuem tal significância como as edificações históricas.

Um controle no *skyline*, ou seja, no gabarito das edificações no entorno permite que a forma geral do ambiente urbano não se modifique drasticamente, ou até mesmo que as arquiteturas de valor significativo não desapareça em meio a novas construções, e continue a ter essa relação com o espaço urbano.

Novos usos ou permanência dos que atualmente existem para as arquiteturas do entorno também devem ser considerados, pois influenciam de modo direto o fluxo e as vivências neste espaço urbano que elas cercam.

As arquiteturas devem ser preservadas principalmente pela sua forma, que é como elas compõem o ambiente urbano, salvo algumas particularidades por seu valor próprio historicamente.

Como já foi colocado anteriormente, é importante que para uma melhor garantia da preservação, que esta esteja incluída num meio que defina diretrizes para o desenvolvimento da cidade, pois assim a preservação faz parte do crescimento urbano. Este meio pode ser o Plano Diretor do município, que orienta para cada área urbana o modo de como deverá ser a cidade no futuro.

Neste trabalho serão tomados como exemplos as quatro áreas urbanas classificadas neste Conjunto apresentadas a seguir, onde será analisado o que está previsto para cada região dentro do Plano Diretor e serão feitas novas propostas visando a qualidade da preservação do patrimônio.

6.3.1.1 Rua das Carreiras

A conformação desta rua segue os princípios de que os lotes eram distribuídos ao longo dos rios, a rua Hercílio Luz segue paralela ao rio Itajaí Mirim. Esta já foi uma das principais ruas da colônia, era ali que ficava o ancoradouro (por onde os imigrantes chegavam) e o rancho da administração.

Rua das carreiras como é conhecida tem sua origem no termo alemão *Karrerbahn*, nome dado à rua pois esta servia como pista para corrida de cavalos (COMANDOLLI & SCHWARZ, 1982).



Rua das Carreiras (atual Hercílio Luz) em 1920. À direita em primeiro plano a casa de imigração.

Fonte: ÁLBUM do 1ºcentenário de Brusque, 1960

“A rua mais tradicional, a que mais lembra a vida brusquense sob o aspecto social e recreativo, desde os primeiros dias da nossa Comunidade, é a rua das Carreiras. (...) Naquela rua foram

construídos os primeiros ranchos de recepção e hospedagem dos colonos que iniciaram a colonização do Vale do Itajaí-Mirim, em 1860”.

(Gevaerd apud ADAMI & ROSA, 2005)



Rua das Carreiras na década de 40, à direita o Clube de Caça e Tiro.

Fonte: Projeto Casarões, <http://www.ccrenaux.com.br/>

Segundo Comandolli e Schwarz (1982), as edificações ainda existentes na rua Hercílio Luz pertencem ao quarto período, conforme a classificação a seguir:

- Primeiro período: os colonos se abrigavam em ranchos coletivos até receberem seu lote.
- Segundo período: já no seu lote, o colono construía uma casa provisória, para servir de abrigo temporário.
- Terceiro período: casa definitiva, emprego de materiais mais resistentes. Casa enxaimel por exemplo.
- Quarto período: construções do final do século XIX e início do século XX. Edificações com caráter mais urbano com uma linguagem semelhante às construções existentes em todo país neste período. “Abrasileiramento do imigrante alemão”.

Em 1982 quando foi elaborado o trabalho das autoras citadas acima, haviam na rua Hercílio Luz quinze edificações com as características deste quarto período, que conformavam um ambiente urbano de características históricas extremamente importante para o município.

Atualmente existem apenas sete destas edificações. Apesar de não conformarem um conjunto tão homogêneo quanto em 1982, a importância na preservação deste ambiente urbano está em garantir que não se perca por completo tais referências arquitetônicas e de espaço urbano histórico.



Vista geral da rua Hercílio Luz.
Fonte da autora.

Há de se ressaltar a importância das edificações sobreviventes a fim de caracterizar aquele espaço como um ambiente urbano de significância histórica. É preciso se fazer perceber a rua como um todo, um conjunto que não deve ser dissociado.

Rua das Carreiras
Em destaque as edificações históricas
Escala 1:2000



1882



1921



Clube de Caça e Tiro (1866)



Fonte: Google Earth



aprox. 1910



1935



1932



1921



— Eixo da rua - trecho que configura o Conjunto da Rua das Carreiras

Inventário das edificações históricas na rua das Carreiras



Clube de Caça e Tiro "Araújo Brusque"

Data da construção: 1866

Número : 206

Situação atual do Clube, destaque na ampliação construída mais recentemente, não fazendo parte da edificação original.

Fonte: da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Fonte da autora

Uso atual: residencial

Data da construção: 1921

Número: 282

Proprietário: Ivo da Cunha Silveira (PMB)



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Foto mais antiga, sem data. Fonte: Projeto Casarões, 2003; www.ccrenaux.com.br



Fonte da autora

Uso atual:residencial
Data da construção: 1882
Número: 350
Proprietário: Maria Bohn (PMB)



Fonte :
Cadastro da
Fundação
Catarinense
de Cultura,
1991



Fonte da autora

Uso atual:residencial
Número: 374
Proprietário: Geroldo Zanon (PMB)



Fonte: Cadastro da Fundação
Catarinense de Cultura, 1991



Fonte da autora

Uso atual: serviço (Hotel Brusque)
Número: 75

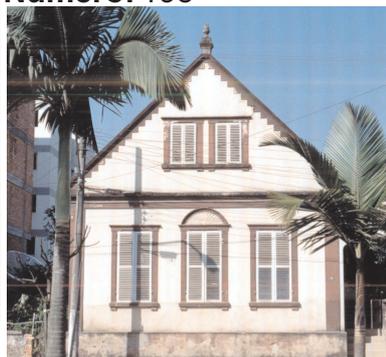


Fonte :
Cadastro da
Fundação
Catarinense
de Cultura,
1991



Fonte da autora

Uso atual:residencial
Data da construção: 1921
Número: 195



Fonte: Cadastro da
Fundação
Catarinense de
Cultura, 1991



Situação atual da edificação

Uso atual: comercial (Estação 253)
Número: 253
Proprietário: Rogerio Moritz (PMB)



A edificação em 2005

Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Fonte da autora

Uso atual: institucional (Seminário Filosófico Dom Tito Buss)
Número: 257
Data da construção: 1932

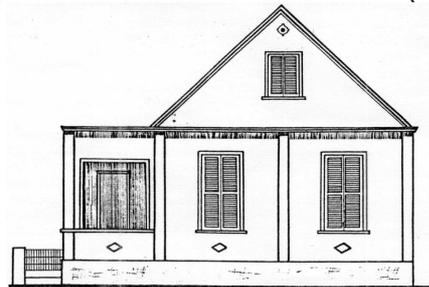


Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Fonte da autora

Uso atual:residencial
Número: 263
Proprietário: Alessandro Fasino (PMB)



Fonte: COMANDOLLI & SCHWARZ, 1982)



Fonte da autora

Uso atual:residencial
Data da construção: 1935
Número: 275
Proprietário: Claus Müller (PMB)



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Fonte da autora

Uso atual:residencial
Número: 315
Proprietário: Carlos Hoerner(FCC)



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Fonte da autora

Uso atual:residencial
Número: 349
Proprietário: Viviane Medeiros (PMB)



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Fonte da autora

Uso atual:residencial
Data da construção: aprox. 1910
Número: 351
Proprietário: Germano Ristow (FCC)



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991

Proposta

Por ter sido umas das primeiras ruas de Brusque e abrigar as funções para o começo da formação urbana, como o ancoradouro e a casa de imigração e posteriormente o Clube de Caça e Tiro, a rua tem muita importância no processo histórico. Percebe-se o conjunto arquitetônico formado por edificações do começo do século XX, no que se refere à tipologia, forma da edificação e sua posição no lote, inclusive pelo uso predominantemente residencial. Existem algumas exceções, como o Clube de Caça e Tiro e o Hotel Brusque, por seus usos diferenciados das demais edificações.

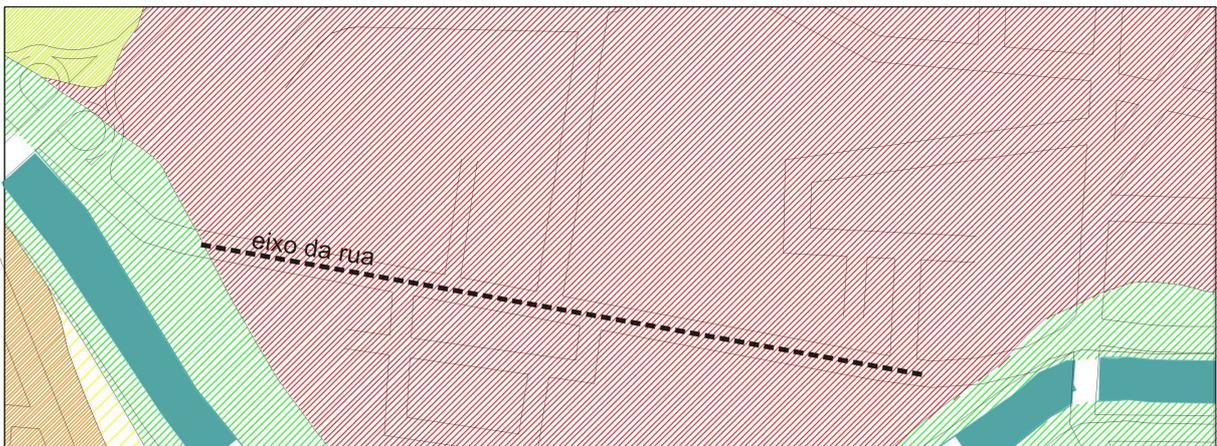
A importância do conjunto devido seu caráter histórico fica evidente, mas ao mesmo tempo ameaçada, pois segundo o Plano Diretor Municipal, nesta rua o gabarito máximo é de 12 pavimentos, enquanto que estas edificações históricas possuem no máximo 2 pavimentos, ocorrendo um claro contraste entre o que pode ocorrer com esta rua, enfatizando que nem estas edificações históricas são protegidas pelo Plano.



Simulação do que prevê o Plano Diretor.
Fonte da autora.

A rua Hercílio Luz está inserida na “Zona comercial 1” e “Zona Urbanizada” (Anexo IV). A previsão do Plano Diretor para a rua Hercílio Luz segundo a classificação de ZU1 é:

- Índice de aproveitamento: 4
- Taxa de ocupação: 85%
- Número máximo de pavimentos: 12



Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque

	ZC1- ZONA COMERCIAL 1
	CS1- CORREDOR DE SERVIÇO 1
	ZPP - ZONA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
	ZPL - ZONA DE PRESERVAÇÃO DE USO LIMITADO
	ZR1 - ZONA RESIDENCIAL 1

Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.

Sendo os lotes mínimos previstos para a ZU1 de 240m², é possível construir edifícios de até 5 pavimentos num lote deste. Atualmente são poucos edifícios, mas que gradualmente começam a fazer parte do cenário, substituindo as casas que existiam anteriormente de no máximo dois pavimentos, como na imagem abaixo.



Fonte da autora.

Sugere-se o tombamento das edificações identificadas que formam o conjunto da rua, devido à sua importância histórica no contexto do município. Porém a preservação das edificações isoladamente não destaca a importância do conjunto, que deveria ser percebido claramente, pois a significância está no conjunto, não no elemento isolado.

Por isto, além do tombamento isolado para preservar cada edificação e impedir que sejam demolidas é preciso um planejamento adequado para esta área afim de valorizar e proteger a unidade do conjunto. A área compreendida pelo conjunto deve ser destacada e trabalhada de modo especial pelo Plano Diretor, direcionando o desenvolvimento do local privilegiando o patrimônio que deverá ser preservado.



Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.

Algumas propostas iniciais para a área serão colocadas a seguir, sendo merecidas de maior aprofundamento para averiguar a sua funcionalidade:

- Tombamento das edificações históricas presentes na rua, evitando a destruição e descaracterização como já ocorreu com tantas outras edificações significativas nesta rua. Tombamento das edificações vizinhas como P3 conforme prevê o Plano Diretor (Anexo III)
- Retornar a denominação de Rua das Carreiras, como o local é informalmente conhecido e cuja nomenclatura tem mais significância para a história local.
- Controle no gabarito e afastamentos das edificações vizinhas, enfatizando as edificações históricas. Atualmente alguns edifícios de até 4 pavimentos estão sendo construídos nesta rua sem afastamentos, nem frontal, obstruindo e competindo visualmente com as edificações históricas, em sua grande maioria construída na testada do lote.



Simulação da proposta.
Fonte autora.

“A preservação do monumento implica a da moldura tradicional; as construções, demolições ou agenciamentos novos não poderão, pois, alterar as relações de volume e colorido do monumento com seu ambiente próprio...Todo elemento arquitetônico ou de outra espécie que lhe comprometa o equilíbrio ou a escala, deve ser evitado”
(Carta de Veneza, 1964)

6.3.1.2 Centro (Igrejas conformando o espaço)

O cenário que se pretende preservar é no centro da cidade, a relação e conformação espacial das igrejas evangélica e católica. Desde o período colonial as duas religiões faziam a forma e o visual da centralidade, que até hoje é característico.



Foto do centro da cidade no início do século XX.
Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.



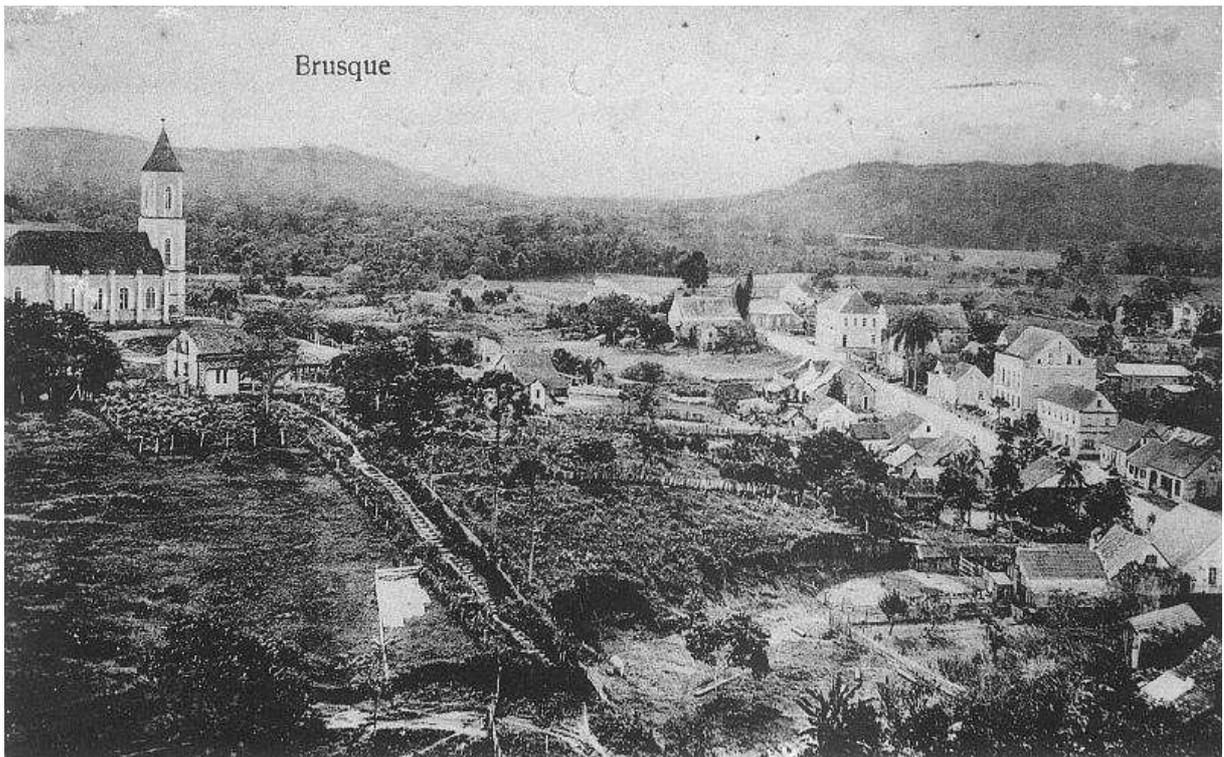
Vista das igrejas, configuração urbana no centro.
Fonte da autora.

Igreja Evangélica

A religião veio junto com os primeiros imigrantes alemães, em 1960. Antes de construída a Igreja, a comunidade evangélica se reunia em outros locais (galpões) mas sem a presença de um pastor. Este residia em Blumenau e para eventos como

batizados e casamentos, os colonos tinham que se deslocar até lá. Apenas em 1890 é que foi atendido o pedido de um pastor específico para a colônia Brusque.

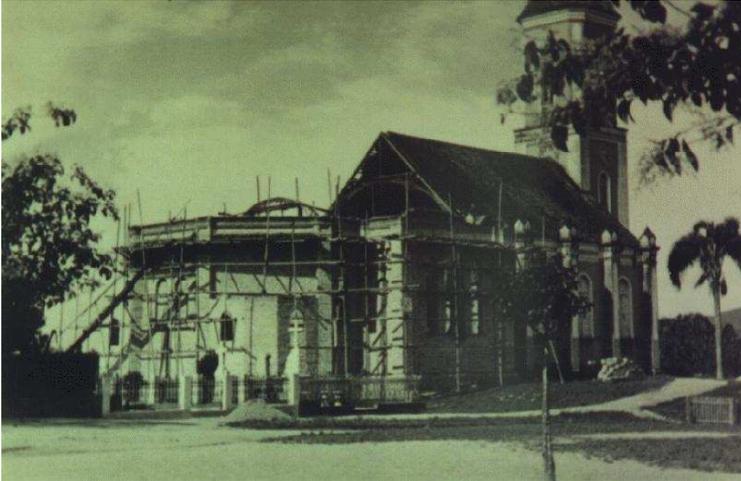
A Igreja Evangélica foi inaugurada em 6 de janeiro de 1895 e a edificação existe até os dias atuais, utilizada para os mesmos fins.



Vista do centro da cidade no início do século XX, com Igreja Evangélica em destaque.

Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.

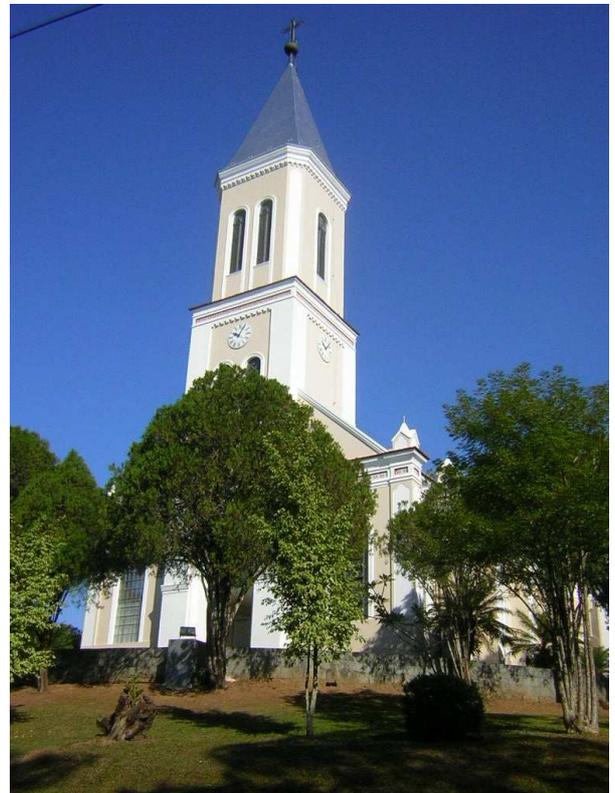
O sino da torre da Igreja é o mesmo sino adquirido da Alemanha em 1911. O segundo sino é vindo em 1928 para comemorar os 65 anos da comunidade. Em 1942 a igreja sofre reformas, com ampliação das laterais e do altar (ADAMI & ROSA, 2005).



Ampliação da Igreja.
Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.



Igreja atualmente.
Fonte da autora.



Igreja Católica

O catolicismo em Brusque esteve presente desde a vinda dos primeiros imigrantes alemães, mas ganha reforço e notoriedade em 1904 com a Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus.

“No tempo do império, Estado e Igreja estavam unidos. Por isso, criando uma Freguesia autorizava-se a ereção da Paróquia. O nome escolhido devido ao antigo

nome da Colônia Brusque: Colônia São Luís Gonzaga” (SCHMITT apud ADAMI & ROSA, 2005).

A igreja Matriz foi construída entre 1874 e 1877, mas em 1954 foi demolida para dar lugar à nova igreja, que é o modelo atual, finalizada em 1962 (ADAMI & ROSA, 2005)



Centro no início do século XX, ao fundo a antiga igreja católica.
Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.



Centro de Brusque quando a Matriz estava em construção (à esquerda), em meados da década de 50. Ao fundo o lago que não existe mais.
Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.



Centro da cidade em 1957, ao fundo a Matriz em construção.
Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.



Igreja em construção, final da década de 50.
Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.



Vista para a Matriz da colina evangélica.
Fonte da autora.



Interior da Igreja.
Fonte da autora.



Igreja Matriz ,sua relação com a Praça Barão de Schneeberg e o “paredão” de edifícios que começa a ser formar atrás da igreja.
Fonte da autora.

As duas igrejas conformam um cenário urbano interessante para a cidade, a intenção é garantir a permanência desta característica.

Centro (Igrejas conformando o espaço)
Escala 1:2000



Igreja Evangélica



Igreja Matriz Católica



Proposta

Uma das mais perceptíveis características desde o início da colonização de Brusque até os dias atuais é a presença marcante das igrejas católica e evangélica no alto dos morros no centro da cidade. Além de conformar a paisagem, se impondo numa maior altitude em comparação com o restante da área central, as duas igrejas demonstram a preocupação com a religiosidade dos imigrantes alemães.

As duas igrejas são consideradas marcos visuais e símbolos da cidade, freqüentemente presentes em publicidades de divulgação do município. A importância do tombamento das edificações é evidente, assim como a continuidade de seu uso religioso, porém a vista e a relação das igrejas com o centro urbano é o que valoriza as edificações, por isto está sendo proposto o tombamento do ambiente. A marcação da paisagem está ficando cada vez mais comprometida pela construção de edificações com alto gabarito nas proximidades, principalmente próximo à igreja católica.



Simulação do controle no gabarito das edificações, maior destaque para as igrejas.

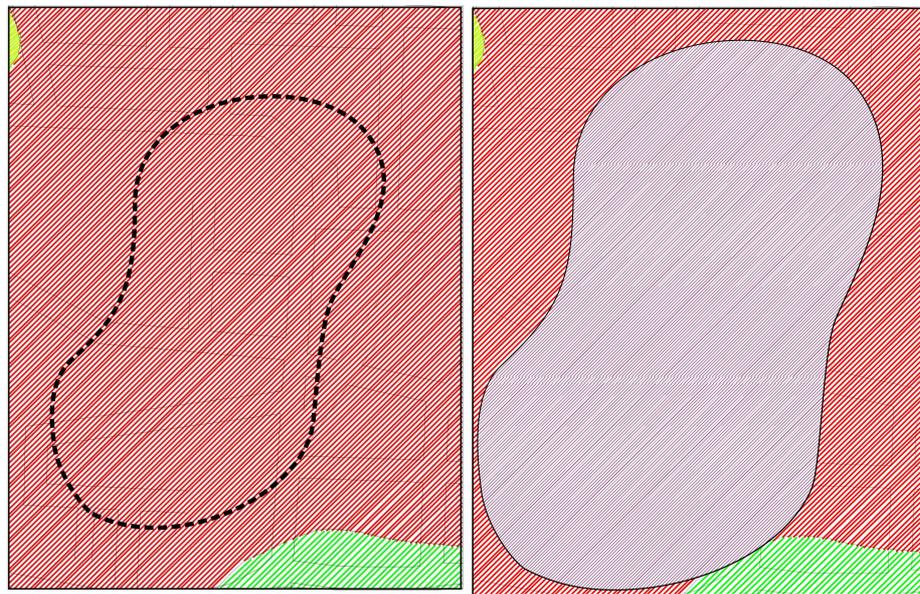
O Plano Diretor prevê para a área central o mesmo já colocado para a área da Rua das Carreiras (atual Hercílio Luz), porém as situações são bem diferentes, pois enquanto que a Rua das Carreiras é menos densa (construções de gabarito mais baixo e em menor número que no centro, devido ao limite de um lado o rio, do outro morro), enquanto que a região central conformada pelas igrejas é mais densa, abrigando diversas atividades (característica de uma área central) e uma maior movimentação de pessoas, ou residentes ou em busca das atividades que ali se encontram.

Propõe-se que seja incluída no plano diretor uma área de preservação no entrono imediato das igrejas seja controlado o gabarito afim de não prejudicar ainda mais o

visual e a configuração da paisagem central, permitindo o destaque pretendido para as edificações. Diferentemente do que prevê o plano diretor, classificando as ruas centrais como ZU1, com:

- Índice de aproveitamento: 4
- Taxa de ocupação: 85%
- Número máximo de pavimentos: 12

Abaixo o mapa do Plano Diretor e o mapa com a área de preservação:



Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque



Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.



Simulação do que prevê o Plano Diretor.

A importância histórica e a valorização como símbolos para a cidade de Brusque justificam a necessidade de preservação deste patrimônio, não somente como arquitetura mas como ambiente, pois as igrejas configuram visualmente todo o espaço central.

6.3.1.3 Vale Azambuja

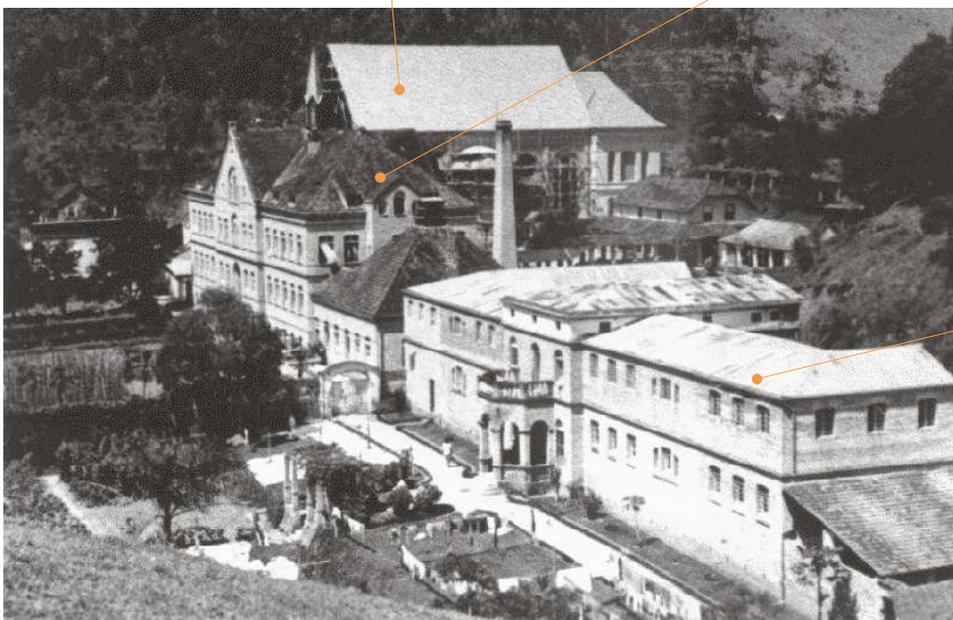
O vale foi formado pelos imigrantes italianos que ao chegarem na colônia de Brusque tiveram que se alojar mais afastados do núcleo sede, já ocupado pelos alemães (BENSEN, 1977).

O vale foi dividido em 16 lotes ao longo do ribeirão que cortava o vale (atualmente canalizado) onde se instalaram os colonos italianos. A comunicação com o centro da Colônia era difícil, somente em 1908 com a construção de uma estrada é que melhora esse trajeto, possibilitando o desenvolvimento da região (BENSEN, 1977).

Uma pequena capela foi erguida em 1885 pelos colonos que por ali habitavam, no local que atualmente comporta o santuário, em devoção à Nossa Senhora de Caravaggio. Uma nova igreja é construída em 1894 para comportar o crescente número de fiéis. O Santuário de Azambuja, que existe atualmente, data de 1956, seu projeto é de Simão Gramlich (também autor do projeto da Catedral de São João Batista, da Matriz de Itajaí e de diversas outras igrejas catarinenses).

Santuário em construção

Atual Museu



Antigo Hospital e Hospício (onde hoje fica o edifício do Seminário)

Vista do Vale da década de 40.

Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.



ro do Rosário, Santuário, Museu e Seminário : Vale Azambuja.

Fonte da autora.

A gruta, ao lado do Santuário foi inaugurada em 1928. Acima da gruta existe uma capela aberta (BENSEN, 1977).

O edifício que comporta o atual museu era antigamente hospital e asilo, inaugurado em 1911 tendo sua planta desenhada pelo Pe. Gabriel Lux. O Hospital (Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux, nome dado ao hospital homenageando o cônsul em 1935) tal como está hoje, foi inaugurado em 1936 e a segunda ala em 1964. Ao lado está o Asilo Nossa Senhora de Caravaggio, anexo a parte geriátrica do Hospital.



Edifício do atual Museu, ainda como Seminário em 1927.

Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.



Hospital e Asilo de Azambuja.
Fonte da autora.

Com a transferência das atividades hospitalares para o novo edifício, o prédio do atual museu é utilizado como seminário. Em 1964 é inaugurado o novo edifício do seminário, que existe atualmente (BENSEN, 1977).

O edifício então é transformado em Museu Arquidiocesano, sendo chamado posteriormente de Dom Joaquim. Em 2003 em parceria com o governo do estado, o museu passa por reformas, dentro do “Projeto Caminhos da Fé”, que inclui Brusque e Nova Trento, sendo reaberto em agosto de 2005 (Seminário de Azambuja).



Museu Arquidiocesano Dom Joaquim, após sua reforma.
Fonte: <http://www.azambuja.org.br>

O morro do rosário foi aberto em 1950, sendo um percurso até o topo do morro, ao longo do caminho existem os pontos, marcados com estátuas que representam os mistérios do Rosário (BENSEN, 1977).



Ao fundo o Morro do Rosário.
Fonte da autora.

O vale recebe um público considerável nos dias de festas, realizadas na praça Azambuja. O local faz parte de um roteiro religioso, reunindo verdadeiras multidões em datas comemorativas. A manutenção da configuração do vale que propicia este intenso uso pela população é garantir que as especificidades do local não se percam, preservando suas características principais (usos, isolamento da região,...)

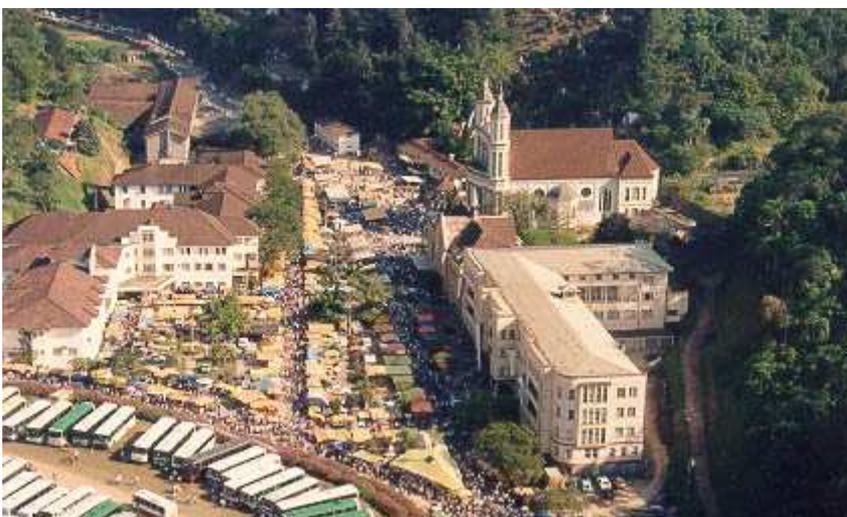


Imagem do vale em época de festa.
Fonte: <http://www.azambuja.org.br>

Vale Azambuja

Escala 1:2000



Seminário Menor
Metropolitano Nossa
Senhora de Lourdes



Museu Arquidiocesano
Dom Joaquim



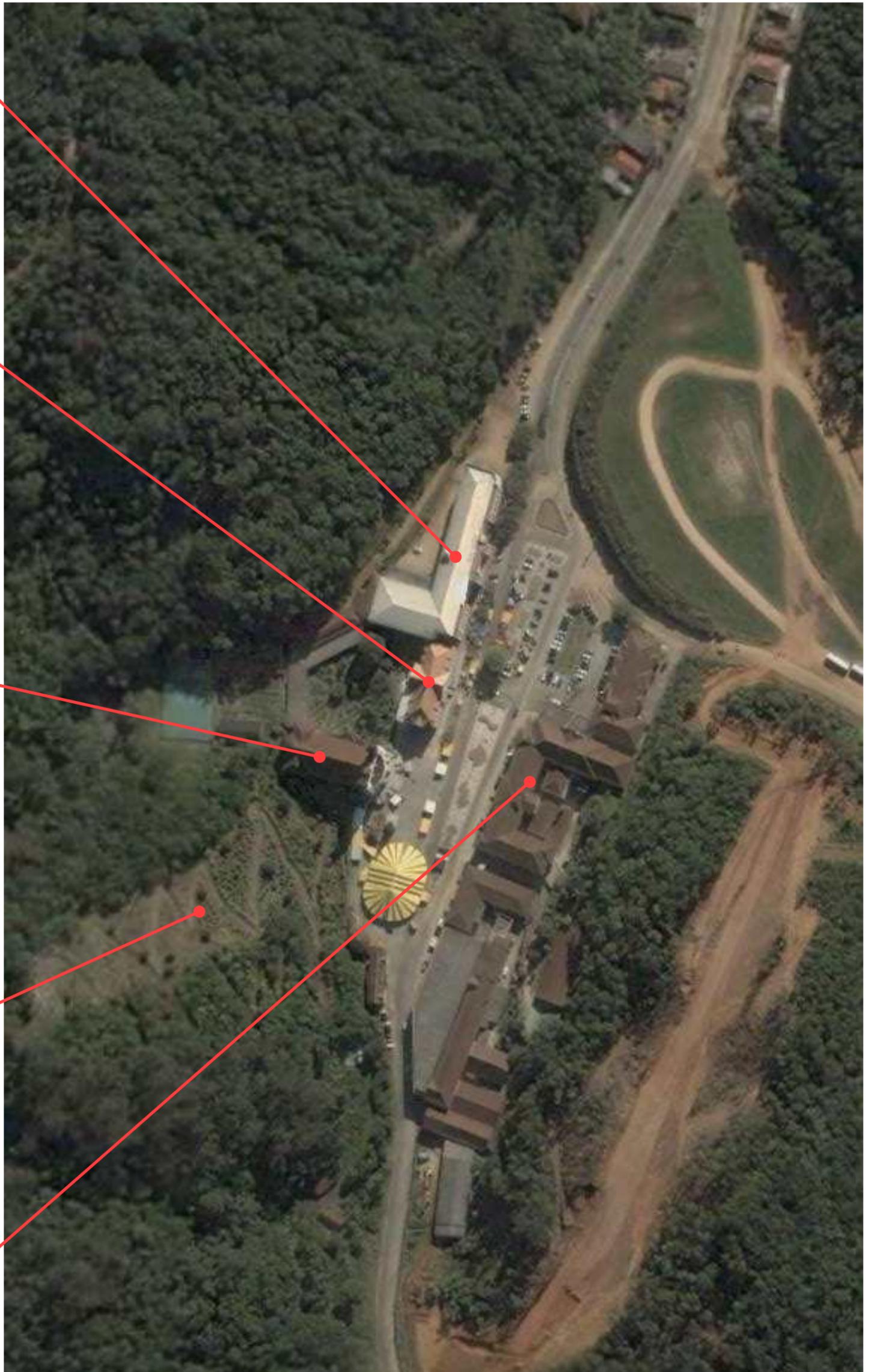
Santuário de Azambuja



Morro do Rosário



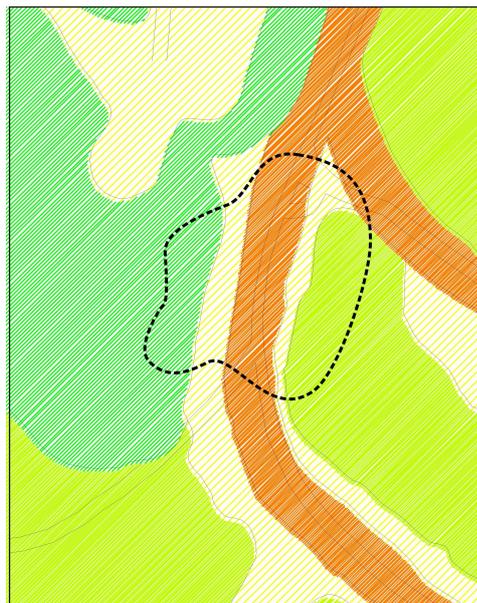
Hospital Arquidiocesano
Cônsul Carlos Renaux



Proposta

A característica que pode ser destacada na percepção do Vale é o seu isolamento visual, que lhe confere a denominação de vale propriamente. As atividades realizadas desde início do século XX neste local e o conjunto arquitetônico por elas formado conformam uma ambientação peculiar, muito diferenciada das características urbanas do entorno.

Apesar desta perceptível diferenciação do Vale, o Plano Diretor para aquela região previsto pela Prefeitura Municipal trata de modo igualitário o Vale Azambuja e seu entorno, tomando como base o eixo que segue a Rua Azambuja (rua que parte do centro até o vale), classificando todo o eixo desta via como CS1 (corredor de serviço 1) e ZR1 (zona residencial), incluindo a parte em que está situado o Vale, como mostra o mapa do Plano Diretor:



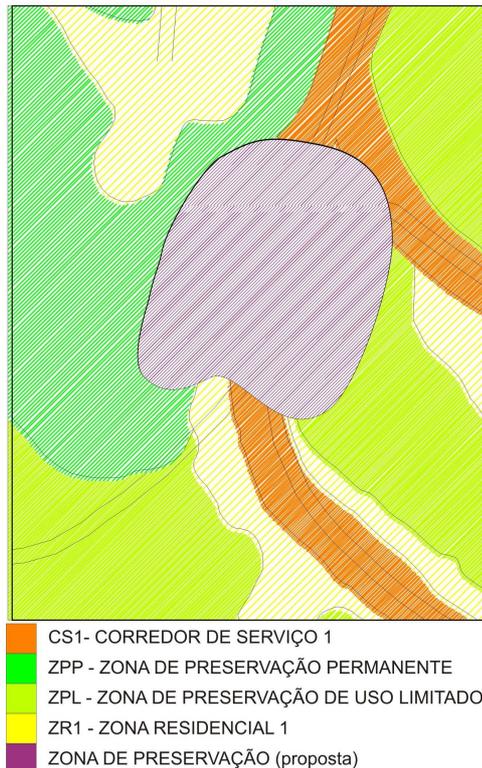
- CS1- CORREDOR DE SERVIÇO 1
- ZPP - ZONA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
- ZPL - ZONA DE PRESERVAÇÃO DE USO LIMITADO
- ZR1 - ZONA RESIDENCIAL 1
- DELIMITAÇÃO DO VALE

Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.

Segundo o que coloca o Plano Diretor que classifica usos, gabaritos e aproveitamentos por exemplo, conforme a largura da rua. Apesar da nítida diferenciação do Vale Azambuja, será considerado o que prevê o Plano Diretor para aquela área conforme a largura da rua principal, que mede aproximadamente 5 metros. Logo o Vale se encaixa na classificação de Z3 (ruas com a pista de rolamento de 4 à 6 metros de largura), para o qual o Plano Diretor propõe:

- Índice de aproveitamento: 2
- Taxa de ocupação: 85%
- Número máximo de pavimentos: 4

Apesar da baixa densidade prevista pelo plano diretor, sugere-se que esta área do Vale Azambuja seja revista, conferindo-lhe perspectivas próprias, tratando de modo particular afim de preservar esta ambientação, nas suas características originais.



Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.

Propõe-se que seja demarcado uma área de preservação no entorno do Vale, como uma área de amortecimento, assegurando a paisagem natural e o verde como pano de fundo para os elementos construídos. Criando assim um isolamento físico, que atualmente existe e que proporciona uma área adequada para as atividades que ali ocorrem, seminário, igreja, hospital e asilo, que são atividades que exigem locais mais tranquilos.

A preservação, não somente do espaço urbano, mas também dos usos e alguns eventos que ocorrem no local (como as festas) reforçaria o caráter do local e a tradição religiosa, parte importante da identidade coletiva.

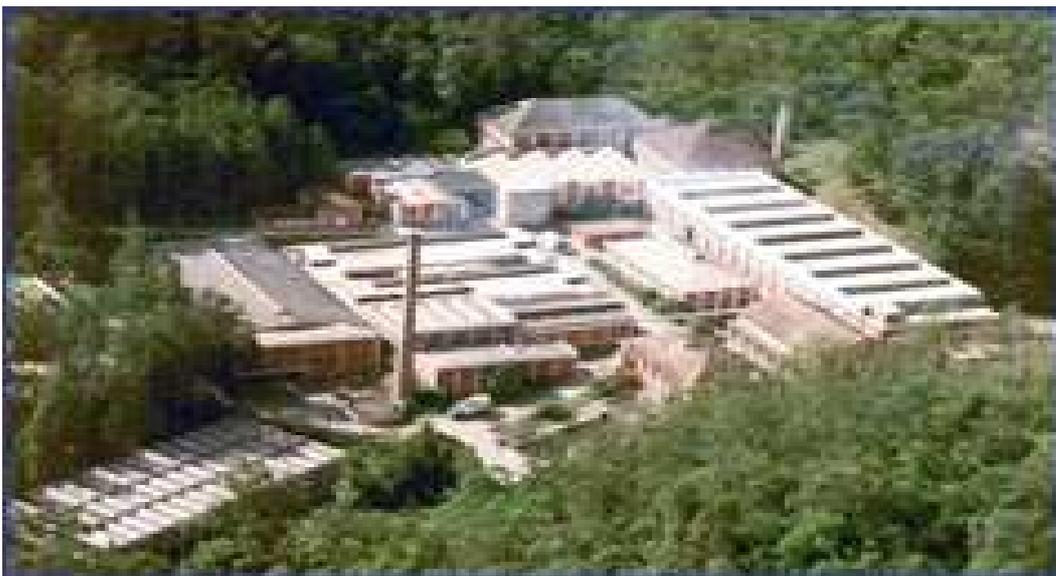
6.3.1.4 Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A

Carlos Renaux, alemão vindo para o Brasil em 1882, destaca-se como comerciante na região de Brusque. Com capital acumulado e em busca de novos investimentos, buscou parceria com imigrantes poloneses, que possuíam o conhecimento da tecelagem, acreditando neste novo empreendimento. Buscou capital com mais alguns vendeiros da região e com a técnica dos poloneses, como Paulo Hoepke e Augusto Klappoth com quem fez sociedade, fundou a Fábrica de Tecidos Renaux em 1892.

A fábrica foi instalada mais ao sul, mais retirada do centro urbano, próxima à fonte de água para fornecimento de energia pra funcionamento dos teares. O maquinário e parte das matérias-primas eram importados da Europa, em ocasiões em que o próprio Carlos Renaux viajava para escolher os equipamentos, assim como também faziam os demais proprietários de indústrias têxteis da região.

Os produtos eram vendidos no comércio de Carlos Renaux, inicialmente a produção era voltada para consumo local. A mão-de-obra empregada era composta de alemães, brasileiros e italianos. (HERING,1987 apud SANTOS, 1996)

Em 1900, Carlos Renaux monta a primeira fiação de algodão do estado, afim de evitar a importação da matéria prima para a fabricação de tecidos.



Vista geral de parte do complexo fabril.

Fonte: www.renaux.com.br



Fábrica de Tecidos Carlos Renaux SA
Fonte da autora

Em 4 de agosto de 1931 a convite do Cônsul Carlos Renaux, chega a Brusque o arquiteto alemão Eugene Rombach, para projetar a sede da empresa Renaux e novos edifícios para a família. (ADAMI & ROSA, 2005 p. 620) As instalações da fábrica possuem uma arquitetura característica, que apesar de industrial, tem um tratamento de fachadas que qualifica a edificação, característico também nas edificações residenciais.

Não somente a arquitetura em si, mas a própria fábrica, como atividade tem importância para o município, pois foi uma das primeiras a se estabelecer na cidade. Pioneira na fiação de algodão conferiu a Brusque o título pelo qual é até hoje conhecida, “Berço da Fiação Catarinense” (NIEBUHR, 1999 apud BONAMENTE).

Na época da Segunda Guerra Mundial, a fábrica era considerada

“como um dos maiores empreendimentos econômicos de Santa Catarina e um dos primeiros do Brasil, o que lhe valeu a outorga de atividade de “interesse militar”. Entretanto o preço disso foi pago com a confecção ininterrupta de tecidos para uniformes militares dos

enviados para a guerra, o que levou a empresa a suspender muitos compromissos assumidos com seus clientes.”
(SANTOS, 1997)

A arquitetura representa o uso industrial, por isto seria interessante garantir que naquele espaço, além de manter as características arquitetônicas, mantivesse também as instalações da fábrica, que qualificam e significam a arquitetura do local.



Fábrica de Tecidos Carlos Renaux SA
Fonte da autora

Conjunto Fábrica de Tecidos Renaux

Escala 1:2500



 Delimitação do conjunto



Fonte: Google Earth



Associação Atlética



Fábrica



Edificação da Vila Operária



Mansão de Carlos Renaux



Edificação da Vila Operária



Casa do Diretor



Fábrica

Proposta

O desenvolvimento da indústria têxtil no início do século XX teve grande impacto e contribuiu para a formação da Vila de Brusque, uma das mais expressivas foi a Fábrica de Tecidos Renaux, que continua funcionando no mesmo local em que iniciou os trabalhos e mantém algumas das primeiras instalações da fábrica.

A singularidade do conjunto da fábrica é evidente, além do setor industrial existe todo um complexo de apoio à fábrica, como as casas que foram construídas para alguns operários e a mansão construída para o então Cônsul Carlos Renaux próxima à fábrica, no alto do morro.

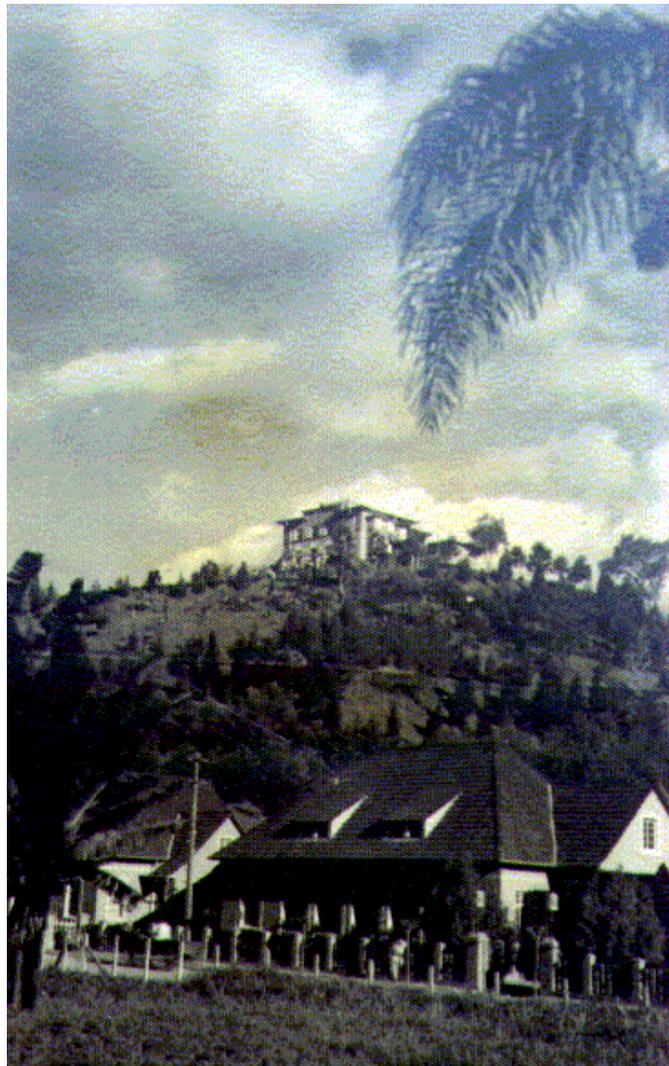


Imagem da década de 40, no alto do morro a mansão de Cônsul Carlos Renaux, abaixo a vila operária.

Fonte: www.ccrenaux.com.br

O complexo segue linearmente as margens da Av. 1º de Maio, enquadrando-se na ZU1 do Plano Diretor, em CS1 (corredor de serviço 1) nas margens da via e ZR1 (zona residencial), logo atrás do CS1, conforme mapa abaixo:



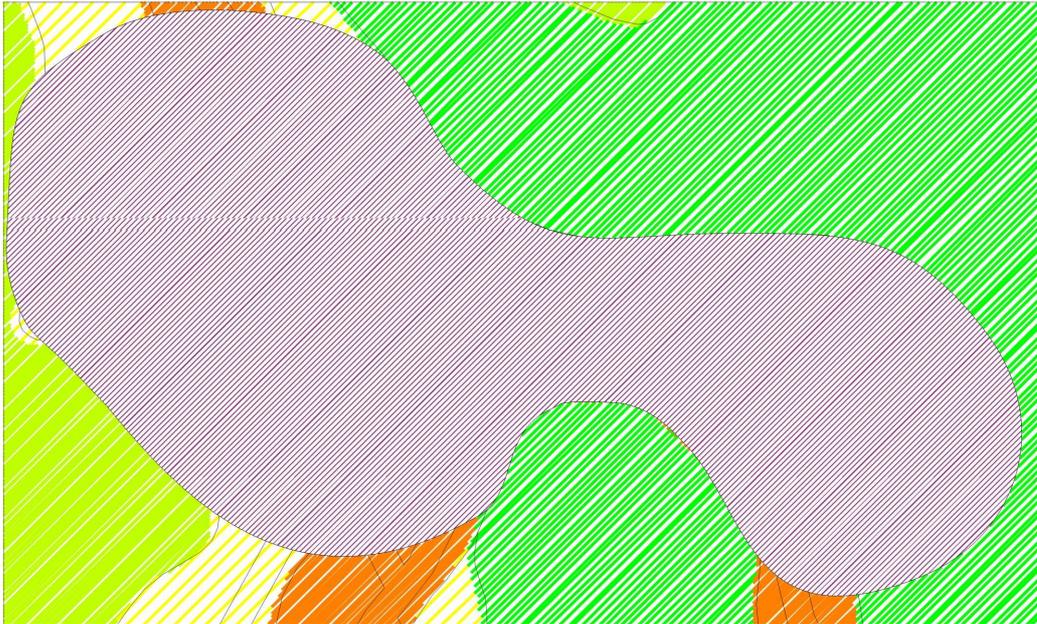
	CS1- CORREDOR DE SERVIÇO 1
	ZPP - ZONA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
	ZPL - ZONA DE PRESERVAÇÃO DE USO LIMITADO
	ZR1 - ZONA RESIDENCIAL 1
	DELIMITAÇÃO DA FÁBRICA

Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.

Pela classificação em Z1, é permitido adensamento na área da fábrica:

- Índice de aproveitamento: 4
- Taxa de ocupação: 85%
- Número máximo de pavimentos: 12

Considera-se importante o tratamento diferenciado do conjunto fabril, por isto neste caso é proposto a delimitação de uma área de preservação, destacando o local, já que o mesmo possui características distintas das demais áreas na margem da mesma via, principalmente por ter um uso industrial.



	CS1- CORREDOR DE SERVIÇO 1
	ZPP - ZONA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
	ZPL - ZONA DE PRESERVAÇÃO DE USO LIMITADO
	ZR1 - ZONA RESIDENCIAL 1
	ZONA DE PRESERVAÇÃO (proposta)

Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.

Dentro desta área estaria protegida a configuração da fábrica, com tombamento das edificações mais antigas, como as casas construídas para os operários mais gabaritados, as mansões construídas para Carlos Renaux, a primeira junto à fábrica e a outra mais isolada no alto do morro, além de outros edifícios que compõem o setor fabril.

Outras unidades de arquitetura industrial já foram perdidos, ou pela localização na área central, ou mudança da indústria, entre outros. A preservação da Fábrica de Tecidos Renaux como exemplo histórico de arquitetura industrial e do processo fabril que influenciou a economia regional com a implantação das indústrias têxteis no século XX é importante como registro histórico, visto que sem preservação legal a tendência é o desaparecimento, não da indústria, mas sim das construções que traduzem a sua história, e o modelo social - trabalhista adotado. A sua importância ultrapassa os limites do município, fazendo parte juntamente com outras indústrias, de um marco na economia estadual, portanto, sugere-se o tombamento do conjunto à nível estadual.

6.3.2 Ambiente urbano – espaços abertos

Existem espaços abertos que se configuram numa qualidade espacial importante para a sociedade. São lugares onde o convívio social é permitido, é onde a população interage e se torna parte integrante da cidade. Estes locais surgem como verdadeiros “respiros” para a cidade, onde o mais importante é a sensação de amplitude e a permissão da interação social. Garantir a preservação destes ambientes é assegurar que mesmo com o crescimento da cidade, estes espaços não sejam sufocados.

“A maioria dos problemas urbanos atuais tem origem na perda do espaço público como referência de práticas culturais que proporciona a sociabilidade urbana. As cidades crescem sobre bases de segregação física, de exclusão social e de ausência do espírito de comunidade”.

(ZANCHETTI, 2001 apud SILVA, 2004, p. 07).

Estes locais abertos independem do tipo de arquitetura que os cerca, pois o interesse principal está no espaço em si, salvo casos em que as edificações no entorno comprometam a qualidade destes ambientes.

Pequenas estruturas, que em alguns casos já existem, se fazem necessárias para assegurar o objetivo principal destes ambientes, que é a interação social. A população precisa usar estes espaços vazios sentindo que há uma estruturação para isto, que existem equipamentos necessários, mas que os mesmo não obstruem e nem descaracterizam o espaço.

Estes ambientes devem proporcionar pontos de referência na cidade (ponto de encontro, aglomerações,...) mantendo uma relação íntima com a cidade, não como espaço isolado, mas como lugar participante da vida urbana.

6.3.2.1 Praça Barão de Schneeburg

A praça se localiza na região central da cidade, no encontro da rua principal, comerciam e a rua das igrejas. O espaço de praça foi criado por volta de 1950, anteriormente ocupado pelo casarão do Cônsul Carlos Renaux. Mesmo com seu traçado transformado ao longo dos anos, o local ainda é característico por proporcionar encontros sociais, ser um local de estar onde ocorre feiras e eventos

diversos. A centralidade da localização também proporciona um referencial para a cidade.

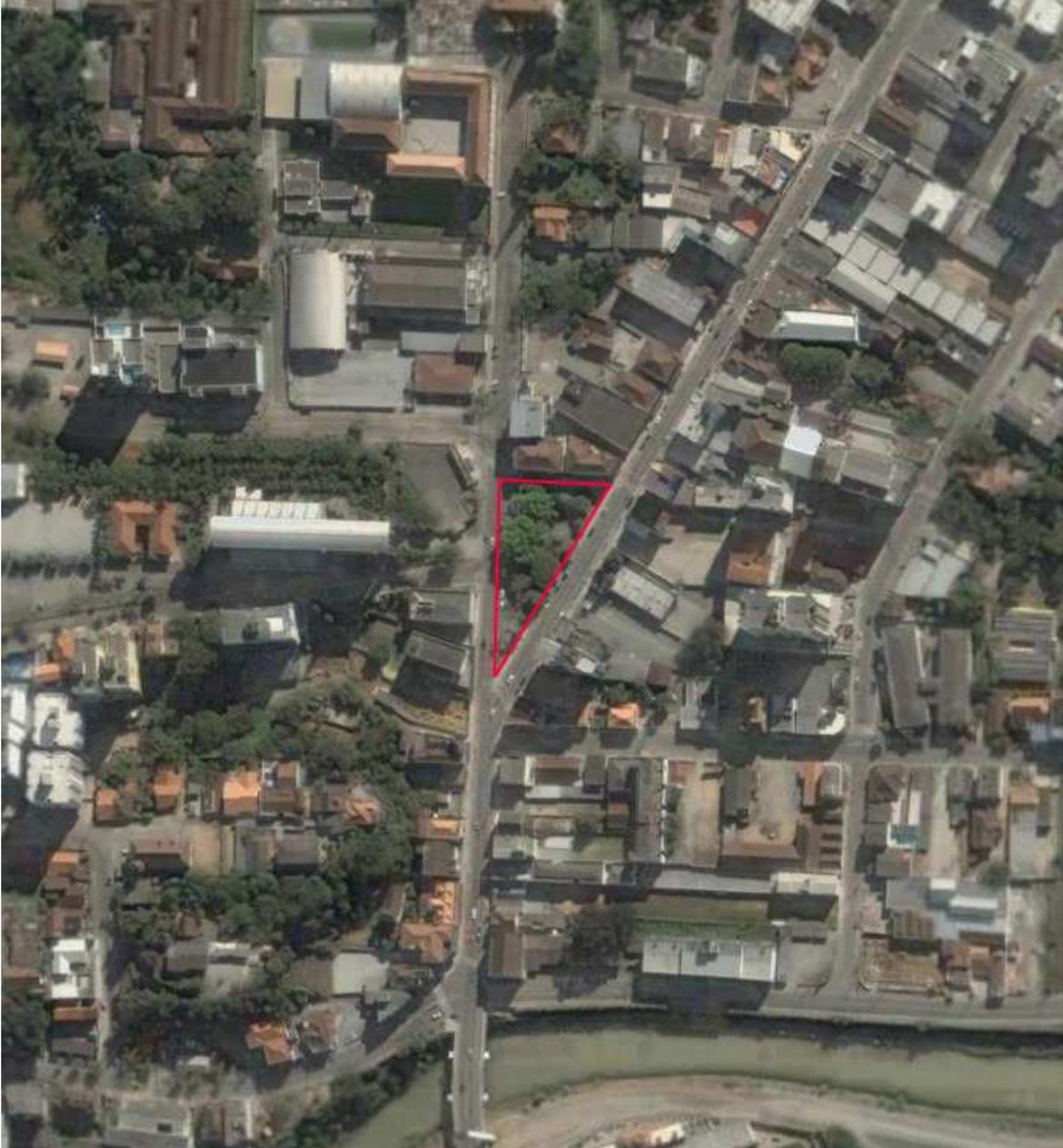


Foto aérea da região central, em destaque a praça.
Fonte: Google Earth



No local onde atualmente é a praça havia um casarão que pertencia à Carlos Renaux. Vista de 1910.

Fonte: ÁLBUM do 1ºcentenário de Brusque, 1960



Praça início século XX, a edificação dá lugar à praça no início da década de 50.

Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.



Praça década de 50.
Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.



Praça em 1959.
Fonte: ÁLBUM do 1ºcentenário de Brusque, 1960



Praça atualmente.
Fonte da autora.

O nome da praça (Barão de Schneeburg) faz referência ao primeiro diretor da Colônia, Barão Maximiliano von Schneeburg. Segundo Goulart (1982 apud Adami & Rosa, 2005) o Barão como diretor estava sempre preocupado em transformar a colônia em cidade, e que se possível levasse o seu nome. Recebia os imigrantes que chegavam na colônia, arrumando abrigo e auxiliando na adaptação dos mesmos na nova terra.

Atualmente algumas pequenas construções se encontram instaladas na praça, como banca de revistas, coreto, chopperia e ponto de táxi. A distribuição destes equipamentos parece um tanto aleatória e muitas vezes descaracteriza o espaço da praça, tornando alguns pontos subutilizados, uma modificação na forma destes ambientes poderia proporcionar um melhor aproveitamento e uma maior utilização do espaço da praça.

A preservação da praça consiste em garantir a permanência deste espaço aberto no centro da cidade e qualifica-lo para tal. Sua inserção no plano diretor como espaço aberto para lazer também poderia garantir a sua permanência no meio urbano, pois atualmente o plano diretor classifica a praça e outros lotes do entorno igualmente como ZU (zona urbanizada – ver Anexo IV).

6.3.2.2 Avenida Beira Rio

A avenida margeia o rio Itajaí Mirim na região central da cidade, recentemente seu prolongamento abrangeu outros bairros, conectando linearmente diversos pontos da cidade. Parte da via ainda está em construção e existe projeto para o prolongamento da via da margem esquerda do rio.



Parte em construção da avenida.
Fonte da autora

Um dos motivos colocados pela prefeitura para a construção das marginais seria a contenção de cheias, aumentando a vazão do rio no caso de enchentes, servindo como canal extravasor. Porém, a qualidade do local está em ser um espaço aberto, de conectividade e principalmente de relação com o rio. O espaço é utilizado como área de lazer ao ar livre, pois no lado da via próximo ao rio existem passeios e ciclovias.



Trecho da Avenida Bepe Rosa (Beira Rio).
Fonte da autora.

A manutenção destas características se faz necessária, pois a localidade é ponto de referência para toda a cidade, sua escala de abrangência é urbana, englobando e interligando várias localidades, além de ser um espaço de lazer para a população. As avenidas se enquadram na ZARH (Zona de Aproveitamento dos Recursos Hídricos), conforme coloca o Plano Diretor:

“III - Zona de Aproveitamento dos Recursos Hídricos (ZARH), destinada a salvaguardar os mananciais do Município, ribeirões e nascentes e a implantação das avenidas beira-rio, em faixas de proteção em ambas as margens dos rios, visando a contenção de cheias.

§ 2º Nas faixas de proteção em ambas as margens dos cursos d'água, poderão ser permitidas as seguintes instalações, respeitadas as condições técnicas e de segurança necessárias:

- a) praças e jardins públicos;
 - b) parques lineares;
 - c) ciclovias;
 - d) componentes de rede de infra-estrutura urbana;
 - e) sanitários públicos e unidades de segurança pública;
 - f) ruas e avenidas de interesse público”
- (Plano Diretor de Brusque, 2000)

6.3.3Arquiteturas

“A arquitetura, como documento vivo da História, revela, através das gerações, os conceitos, as técnicas e até mesmo os usos e costumes das comunidades que a erigiram” (POSENATO 1983, p567). Certas edificações possuem características arquitetônicas relevantes, que interessam fazer parte do cenário urbano. Nestas edificações é perceptível a tradição do município em construir, seja de importância histórica, técnica ou estética. São arquiteturas de valores reais, que verdadeiramente representam o que são. Neste caso estão desconsiderados os pastiches, pois são arquiteturas falsas e vazias de conceitos.

Neste grupo é considerada principalmente a edificação isolada, por acreditar que o potencial está na construção em si e não em seu entorno (casos assim já foram incluídos em *Ambiente urbano com arquiteturas de valor histórico como cenário*).

6.3.3.1A arquitetura em Brusque

Os primeiros abrigos feitos pelos imigrantes eram construídos com matéria-prima encontrada na região, como madeira e palha, de caráter mais provisório, simplesmente para o imigrante ter onde se abrigar para começar a se estabelecer em seu lote.

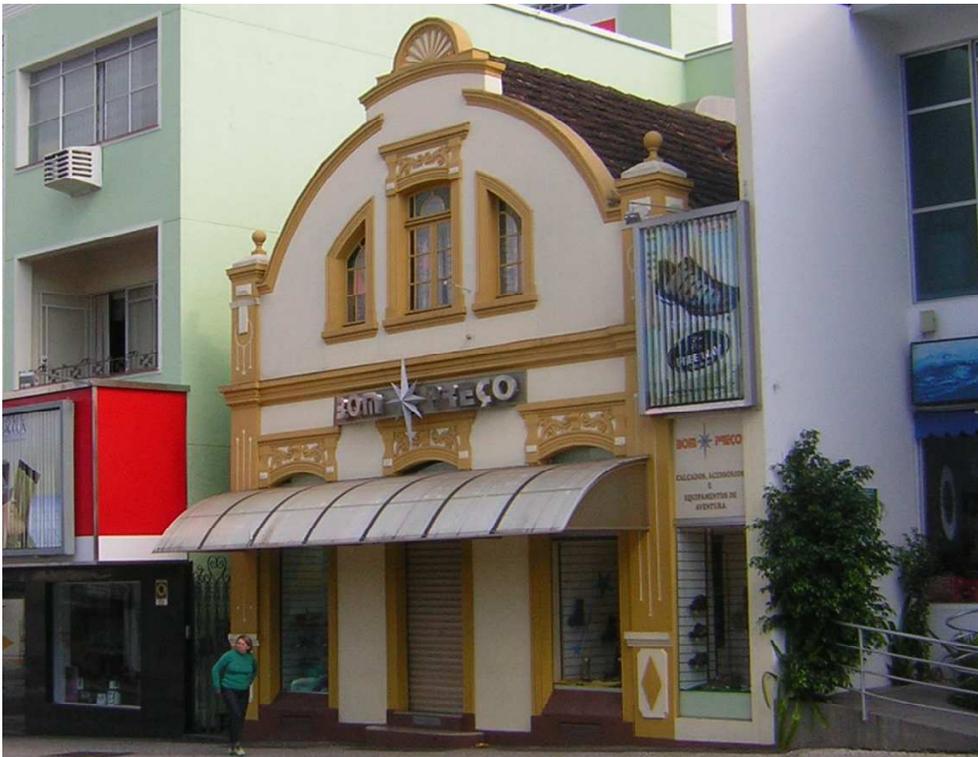
Quando a situação financeira do colono melhorava, construíam casas usando a técnica do enxaimel, que é a técnica que utiliza vedações de tijolos com estrutura em madeira aparente, que foi introduzida na região pelos colonos alemães. Estas casas já conformavam uma moradia permanente, sua construção levava mais tempo para ser concluída e era feita com materiais mais resistentes.

Em 1936, quando o município de Brusque ainda compreendia as cidades de Vidal Ramos, Guabiruba, Botuverá e Presidente Nereu, haviam 183 casas enxaimel, sendo o total de habitações no município em número de 3016 (BOSCO apud ADAMI & ROSA,2005). Já em 1980 haviam apenas 17 casas enxaimel em Brusque e para este trabalho foram identificadas duas casas (Inventário nº1 e nº2).

O enxaimel virou ícone das cidades que vangloriam a colonização alemã, porém na maioria das vezes a referência à técnica se resume ao pastiche, menosprezando a edificação que foi construída com a verdadeira técnica enxaimel.

O enxaimel sobreviveu principalmente nas áreas rurais da cidade. Era considerado uma construção de classes menos favorecidas, pois nas áreas centrais, assim que os habitantes iam acumulando capital, construía casas ao estilo europeu, como o eclético. “As casas urbanas, assentadas no alinhamento da rua, apresentavam telhados altos com grandes mansardas repousando sobre as fachadas” (Fundação Catarinense de Cultura, 1994), atualmente percebe-se edificações deste período na Rua Hercílio Luz (das Carreiras).

O desenvolvimento do comércio e o surgimento das indústrias trouxeram influências européias, principalmente na rua central, onde as casas recebiam ornamentos ao estilo de art-nouveau e art-déco. Um exemplo disto é a edificação que ainda existe na rua central (Inventário nº24 – imagem abaixo) na qual foi acrescentado um frontão arredondado e outros elementos que escondem o telhado de duas águas com inclinação acentuada.



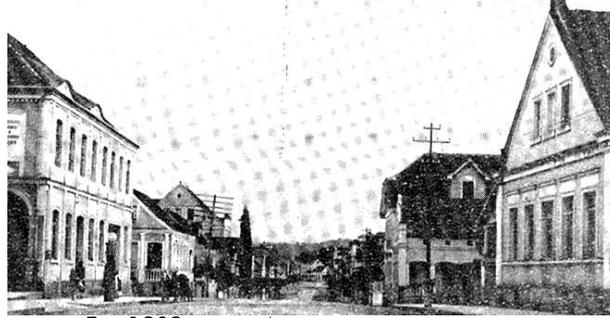
Fonte da autora

Evolução urbana na área central de Brusque

Av. Cônsul Carlos Renaux



No início do século XX. Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.



Em 1930. Fonte: : ÁLBUM do 1º centenário de Brusque, 1960.



Na década de 40. Fonte: Adami, CD-ROM

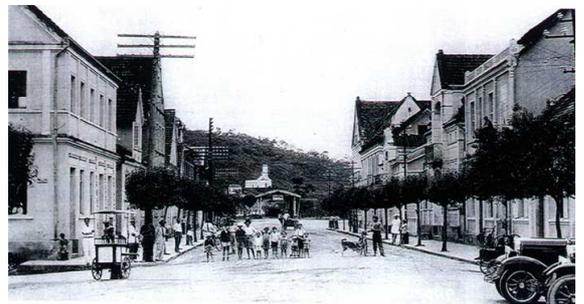


Atualidade

R. Conselheiro Rui Barbosa



Em 1905. Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.



Na década de 20. Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque.



Em 1941. Fonte: Adami, CD-ROM



Atualidade

Percebe-se a variedade de arquiteturas que fizeram o cenário urbano de Brusque, a seguir será apresentado um inventário com as várias edificações históricas presentes, na intenção de introduzir as possíveis edificações que estariam sujeitas à preservação. Considera-se necessário um estudo mais aprofundado de cada um dos itens do inventário para concluir o método de preservação e a validade da mesma.

Abreviaturas utilizadas como referência da fonte consultada:

- CCR: Projeto Casarões, 2003. Disponível em www.ccrenaux.com.br.
- CSL: Colégio São Luiz. Disponível em www.cslbq.com.br
- FCC: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991.
- PMB: Prefeitura Municipal de Brusque.

01

Casa enxaimel

Uso atual: residencial

Localização: R. São Pedro -
Bairro São Pedro



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

02

Casa enxaimel

Uso atual:residencial

Data da construção:1937
(CCR)

Localização:R. Adelaide
Fisher, 86 - Bairro São Pedro

Proprietário:Esmeralda
Fischer Hörner (CCR)



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

03

Uso atual: comercial (Empório Imhof)

Data da construção:1941 (FCC)

Localização:R. São Pedro,65 (esquina com R. São Francisco) -Bairro São Luiz

Proprietário: Arlindo Imhof (PMB)



Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

04

Uso atual: serviço (Barbearia Vizentainer)

Localização: R. São Pedro, 5 (Bairro São Luiz)

Proprietário: Antonio Vizconti (PMB)



Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

05

Tiro de Guerra

Uso atual: institucional

Localização: R. Felipe Schmidt, 455 - Bairro São Luiz



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

06

Uso atual:residencial

Localização:R. Felipe Schmidt, 443 - Bairro São Luiz

Proprietário:Eugênia Munch (PMB)



Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

07

Museu Histórico e Geográfico do Vale do Itajaí-Mirim / Sociedade Amigos de Brusque

Uso atual: institucional

Localização: R. Otto Renaux, 285 - Bairro São Luiz

(enxaimel transplantado segundo a Fundação Catarinense de Cultura)



 Escala 1:2000

Fonte da autora



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

08

Uso atual: residencial

Data da construção: década de 40 (CCR)

Localização: R. Carlos Gracher, 100 (esquina R. Otto Renaux) - Bairro São Luiz

Proprietário: Guilherme Strecker (PMB)



Fonte da autora



Fonte da autora



Fonte da autora



Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

Edificação

09

Uso atual: comercial (Estação 253)

Localização: R. Marcos Malossi, 71 - Bairro Centro



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

10

Uso atual: comercial
(Infohard)

Localização: R. Felipe
Schmidt, 250 - Bairro Centro

Proprietário: Antonio Carlos
Goedert (PMB)



Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

11

Uso atual: desocupada

Localização: R. João Bauer,
142 - Bairro Centro

Proprietário: Ambar
Comércio e Representações
(PMB)



Fonte da autora



Vista dos fundos do casarão, 1954.
Fonte: Sociedade Amigos de Brusque



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

12

Uso atual: residencial

Data da construção: década de 20 (CCR)

Localização: R. João Bauer (esquina R. Otto Renaux)

Proprietário: Juliano Renaux (CCR)



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Fonte: Projeto Casarões, 2003; www.ccrenaux.com.br

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

13

Uso atual: desocupado

Localização: R. Vereador
Guilherme Niebhur, 179 -
Bairro Centro



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

14

Uso atual: residencial

Localização: R. Felipe Schmidt, 65 - Bairro Centro

Proprietário: Augusto Müller (PMB)



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

15

Uso atual: serviço (Projeto & Obra:)

Data da construção: aproximadamente 1920 (FCC)

Localização: R. Felipe Schmidt, 45 - Bairro Centro

Proprietário: Iolanda Appel (PMB)



Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

16

Uso atual: residencial

Localização: R. Felipe Schmidt, 74 (esquina João Bauer) - Bairro Centro

Proprietário: Germano Appel (PMB)



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

17

Uso atual: residencial

Localização: Felipe Schmidt,
48 - Bairro Centro

Proprietário: Inácio Stolf
(PMB)



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

18

Uso atual: serviço (SOS Animais)

Localização: Av. Barão do Rio Branco, 33 - Bairro Centro



Fonte da autora



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

19

Uso atual: residencial

Localização: Av. Barão do Rio Branco, 74 (esquina Otto Renaux) - Bairro Centro

Proprietário: Aires Fischer (PMB)



Fonte da autora



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

20

Uso atual: serviço (3Z
Construção e Incorporação)

Localização: Av. Barão do Rio
Branco, 12 (esquina Av. Cônsul
Carlos Renaux) - Bairro Centro

Proprietário: Zita Renilde
Appel Imhof (FCC)



Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

21

Uso atual: residencial

Data da construção: aproximadamente 1910 (FCC)

Localização: Av. Barão do Rio Branco, 34 - Bairro Centro

Proprietário: Idemar da Silva (PMB)



Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

22

Villa Quisisiana

Uso atual: residencial

Data da construção: 1933 - 1935 (CCR)

Localização: R. Rodrigues Alves, 274 - Bairro Centro

Proprietário: Iris Renate von Buettner Pastor (PMB)



Imagem antiga. Fonte:



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006



Edificação

23

Uso atual: comercial (Ibiza / Levi's)

Localização: Av. Cônsul Carlos Renaux, 181 - Bairro Centro

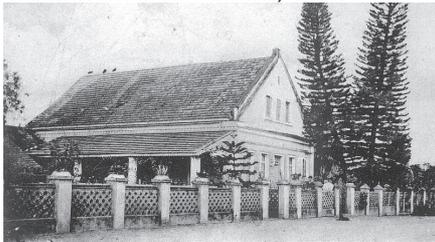
Proprietário: Adriana Renaux (PMB)



Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Fonte: Prefeitura Municipal de Brusque



Fonte da autora

▲ Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

■ Edificação

24

Uso atual: comercial (Bom Preço)

Data da construção: 1925 - 1928 (FCC)

Localização: Av. Cônsul Carlos Renaux, 167 - Bairro Centro

Proprietário: Wigando Erzinger (PMB)

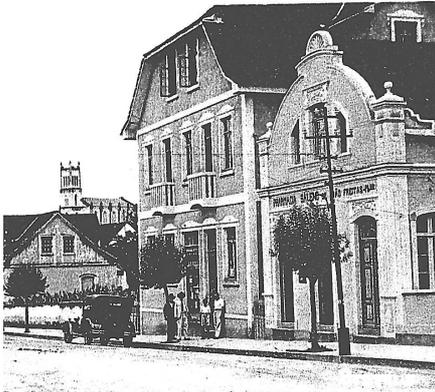


Imagem da década de 40. Fonte: ADAMI, CD-ROM.



Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991

▲ Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

■ Edificação

25

Uso atual: comercial
(Gervásio Modas)

Localização: Av. Cônsul
Carlos Renaux, 130 - Bairro
Centro



Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

26

Uso atual: serviço (Serralheria Mosimann)

Data da construção: 1931 (FCC)

Localização: R. Rodrigues Alves, 208 - Bairro Centro

Proprietário: Irmãos Mosimann (FCC)



Fonte da autora



Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

27

Biblioteca Pública Municipal Ary Cabral

Uso atual: institucional

Data da construção: 1936 - 1938 (CCR)

Localização: R. Pastor Sandresky - Bairro Centro



Pouco depois da sua construção..

Fonte: ADAMI , CD-ROM.



Escala 1:2000



Fonte da autora



Fonte: Projeto Casarões, 2003; www.ccrenaux.com.br



Fonte: Google Earth, 2006

Edificação

28

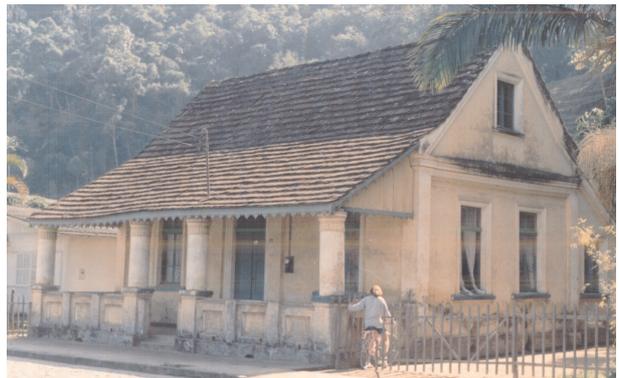
Uso atual: residencial

Localização: R. General Osório, 253 - Bairro Centro

Proprietário: Roberto Lauritzer (PMB)



Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

29

Colégio São Luiz

Uso atual: institucional

Data da construção:
aproximadamente 1909 (CSL)

Localização: R. Padre
Gattone - Bairro Centro



Fonte: <http://www.csלבq.com.br>



Fonte da autora



Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006



Edificação

30

Uso atual: serviço

Data da construção: década de 50

Localização: Av. Monte Castelo (Pç Barão de Schneeberg, 1) - Bairro Centro

Proprietário: Itaú



Fonte da autora



Fonte da autora

Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

Edificação

31

Uso atual: comercial

Data da construção: início século XX (CCR)

Localização: R. Conselheiro Rui Barbosa - Bairro Centro

Proprietário: vários



Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

32

Uso atual: misto (Boby Blues / Advocacia)

Data da construção: aproximadamente 1890 (FCC)

Localização: R. Conselheiro Rui Barbosa - Bairro Centro

Proprietário: Tarcísio Schaefer (FCC)



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Fonte da autora



Fonte da autora



Imagem da década de 40. Fonte: ADAMI, CD-ROM.



Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006



Edificação

Uso atual: comercial (Igs)

Data da construção: aproximadamente 1920 (FCC)

Localização: R. Conselheiro Rui Barbosa, 19 - Bairro Centro

Proprietário: Alice Schaefer (FCC)



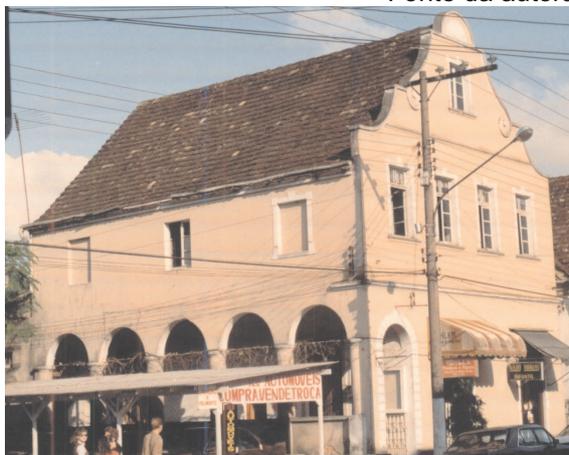
Fonte da autora



Fonte da autora



Imagem da década de 40.
Fonte: ADAMI, CD-ROM.



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991

Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

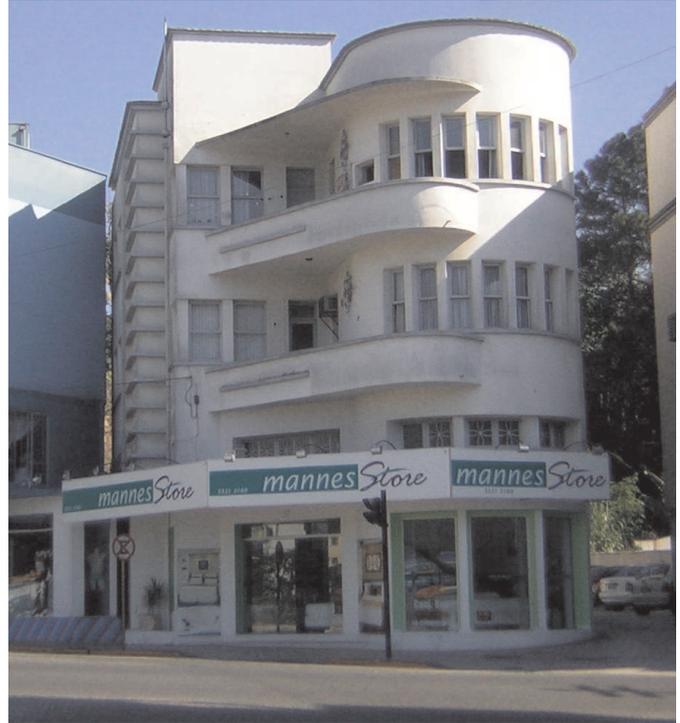
Edificação

34

Uso atual: misto (comercial e residencial)

Localização: R. Hercílio Luz, 10 - Bairro Centro

Proprietário: Dons Heil (PMB)



 Escala 1:2000

Fonte da autora



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

35

Uso atual: residencial

Data da construção: 1935 - 1936 (CCR)

Localização: R. Pedro Werner, 30 - Bairro Centro II

Proprietário: Pedro Morelli (PMB)



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

36

Clube Esportivo Paysandú

Uso atual: institucional

Data da construção: (clube fundado na década de 60)

Localização: R. Gustavo Richard, 2 (esquina R. Pedro Werner) - Bairro Centro II



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

37

Uso atual: comercial (Leo Placas)

Localização: R. Pedro Werner, 185 - Bairro Centro II



Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Escala 1:2000



Fonte da autora



Fonte: Google Earth, 2006



Edificação

38

Uso atual: comercial
(Celestial)

Localização: R. Pedro
Werner, 85 - Bairro Centro II

Proprietário: Oswaldo Appel
(PMB)



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

39

Uso atual: residencial

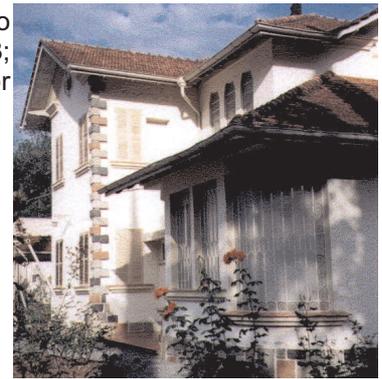
Data da construção: 1948
(CCR)

Localização: R. Getúlio
Vargas - Bairro Centro II

Proprietário: Anete Hoffmann
(PMB)



Fonte: Projeto
Casarões, 2003;
www.ccrenaux.com.br



 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

40

Companhia Industrial Schlösser S/A

Uso atual: industrial

Localização: Av. Getúlio Vargas, 63/87 - Centro II



2

Fonte: <http://www.schlosser.com.br/>



1

Fonte da autora



2

Fonte da autora



Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

Edificações

41

Uso atual: misto (residencial e comercial-Cicle Carlitos)

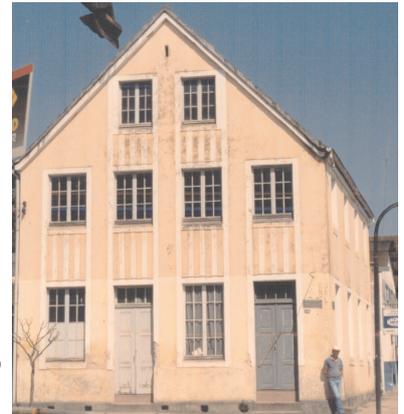
Data da construção: aproximadamente 1927 (FCC)

Localização: R. Getúlio Vargas, 173 (esquina Lauro Müller) - Bairro Centro II

Proprietário: Ignez Malossi (FCC)



Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006



Edificação

42

Uso atual: residencial

Data da construção: década de 60

Localização: R. Getúlio Vargas, 325 - Bairro Centro II

Proprietário: Ivo Willrich (PMB)



Fonte da autora

 Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006

 Edificação

43

Antiga Fazenda Maluche

Uso atual: comercial (Rovian)

Data da construção: 1880
(ampliação na década de 20)(FCC)

Localização: Av. Augusto Bauer, 7 - Bairro Maluche

Proprietário: Winiton Maluche (PMB)



Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Escala 1:2000



Fonte: Google Earth, 2006



Edificação

44

Data da construção: 1875 - 1880 (CCR)

Localização: Rua do Cedro (SC 486) - Bairro Dom Joaquim

Proprietário: família Comandolli (CCR)



Fonte da autora



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Escala 1:2000



Fonte: Cadastro da Fundação Catarinense de Cultura, 1991



Fonte: Google Earth, 2006



Edificação

7 - Conclusão

A preservação dos elementos culturais que conformam a identidade de uma sociedade é essencial para que os costumes e características locais não desapareçam. É preciso um trabalho geral, envolvendo a comunidade e inclusive as autoridades, de conscientização sobre o verdadeiro valor das construções antigas e de qualquer elemento que represente os costumes da população.

A importância da preservação está em nos reconhecermos, saber de onde viemos e valorizar isto. Preocupados com a conscientização da história da população, em Itajaí existe o projeto Memória dos Bairros, elaborado pela Fundação Genésio Miranda Lins, a fim de fazer um trabalho junto com a população de conscientização e propagação do conhecimento sobre os fatos históricos do município, desde os acontecimentos mais simples, fazendo com que a sociedade se reconheça como parte da história, valorizando o que é seu, como o patrimônio arquitetônico, por exemplo.

Sem um plano adequado estamos dia após dia perdendo legados importantes da nossa história, edificações antigas estão sendo demolidas ou modificadas sem que haja controle algum para tal.

Uma proposta adequada pode garantir a preservação do patrimônio, como foi feito no Corredor Cultural no Rio de Janeiro, valorizando edificações que antes estavam propensas ao descaso.

Com um planejamento urbano bem estruturado e considerando a preservação do patrimônio, é possível fazer com que a cidade se desenvolva e que sua tradição não se perca, salvaguardando a identidade e a memória coletiva.

Este trabalho foi elaborado como base teórica, levantando a situação atual dos elementos que devem ser preservados na cidade de Brusque, fazendo propostas e indicando meios de como proceder para garantir a preservação cultural do município, que atualmente se encontra desamparado pela prática da legislação.

8 - Bibliografia

ADAMI, Luiz Saulo; ROSA, Tina. **Brusque Cidade Schneeberg**. Itajaí: S&T Editores, 2005.

ADAMI, Saulo. **Imagens antigas de Brusque**. Vários, 2006. CD-ROM.

ÁLBUM do 1. centenário de Brusque: 1860-1960. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, [1960]. 447p.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em Fim de Linha**. São Paulo: Edusp, 1998

ARAÚJO, Denise Puertas de. **Indústria Patrimonial**. . In: 8ª Cidade Revelada. Encontro de Patrimônio Histórico, Arquitetura e Urbanismo. Itajaí, 2005. CD-ROM.

BESEN, Jose Artulino. **Azambuja; 100 anos**. Brusque: Ed. Gráfica Mercurio, 1977.

BOTLER, Milton; PEREIRA, Romero; JUREMA, Sílvia. **Estratégias recentes e perspectivas de revitalização do Bairro do Recife**. In Estratégias de Intervenção em áreas históricas. Recife: UFPE, 1995.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2001.

COMANDOLLI, Denise Adélia Back; SCHWARZ, Siomara Cherem. **Rua das Carreiras: Preservação do Patrimônio Urbano**. Florianópolis: UFSC, 1982.

Dicionário eletrônico Aurélio, versão 5.0. POSITIVO INFORMÁTICA LTDA, 2004.

FOPPA, Clarice. **Relatório do Projeto Resgatando nossa História**. UDESC, 2004.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. *Sem título*. Santa Catarina, 1994.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Tombamento – uma iniciativa para proteger**. Santa Catarina, 2002.

FREITAS, Marcelo de Brito Albuquerque Pontes. **A transferência do potencial construtivo: um novo instrumento de preservação e revalorização de áreas históricas – A experiência em São Paulo de 1984 a 1994**. In Estratégias de Intervenção em áreas históricas. Recife: UFPE, 1995.

Google Earth. Imagens de satélite, 2005.

GOULART, Maria do Carmo Ra Ramos Krieger. **A imigração polonesa nas Colônias Itajahy e o príncipe Dom Pedro: uma contribuição ao estudo da imigração polonesa no Brasil Meridional**. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1984.

HENNING, Priscila. **Uma busca pela identidade: A colônia bucovina no Brasil**. In: 8ª Cidade Revelada. Encontro de Patrimônio Histórico, Arquitetura e Urbanismo. Itajaí, 2005. CD-ROM.

Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, Projeto Renovar **Valorização do Casario Histórico de Florianópolis: Manual de Recuperação**. Florianópolis: IPUF, 1993

PELUSO, Victor A. **Tradição e Plano Urbano. Cidades Português e Alemãs no Estado de Santa Catarina.** Comissão Catarinense de Folclore, 1953.

POSENATO, Julio. **Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Est/EDUCS, 1983.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim : um estudo de desenvolvimento econômico.** Porto Alegre: Movimento, 1974.

SILVA, Rosseman de Oliveira. **O lugar do espaço público na paisagem pós-moderna.** In ANAIS do VII ENEPEA - Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura, Belo Horizonte, 2004.

SOUZA, Marcily; BLASI, Paulo Henrique; Universidade Federal de Santa Catarina. **A intervenção do estado na propriedade privada para a defesa do patrimônio histórico, artístico, cultural e paisagístico.** Florianópolis, 1978. 264 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

VIDOR, Vilmar. **Indústria e urbanização no nordeste de Santa Catarina.** Blumenau: Ed. da FURB, 1995. 248p.

WEIMER, Günter. **Arquitetura da imigração Alemã: um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro- europeia ao meio rural do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS; São Paulo, Nobel, 1983.

Sites consultados:

BONAMENTE, Jorge Luis. **Planejamento urbano e industrialização: uma abordagem inicial ao caso brusquense.** Disponível em: <http://www.unifebe.edu.br>, acessado em junho de 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, acessado em julho de 2006.

CANTARINO, Carolina. **A consciência do valor.** In: Revista Eletrônica do IPHAN, 2006. Disponível em <http://www.revista.iphan.gov.br>, acessado em abril de 2006.

Carta de Veneza, 1964. Disponível em www.iphan.gov.br, acessado em março de 2006.

Colégio Cônsul Carlos Renaux. **Projeto Casarões.** Disponível em <http://www.ccrenaux.com.br/casaroes/index.htm>, acessado em julho de 2006.

Colégio São Luiz. Disponível em <http://www.cslbq.com.br/>, acessado em julho de 2006.

Companhia Industrial Schlösser S/A . Disponível em <http://www.schlosser.com.br/>. Acessado em julho de 2006

DIAS, Adriana Fabre; Universidade Federal de Santa Catarina. **A reutilização do patrimônio edificado como mecanismo de proteção** uma proposta para os conjuntos tombados de Florianópolis. Florianópolis,, 2005. 169 f. Dissertação (Mestrado). Disponível em <http://150.162.90.250/teses/PARQ0017.pdf>, acessado em março de 2006.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil**. 1998. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br>, acessado em setembro de 2005.

Fundação Catarinense de Cultura, <http://www.fcc.sc.gov.br>, acessado em outubro de 2005.

Fundação Genésio Miranda Lins, <http://fgml.itajai.sc.gov.br>, acessado em abril de 2006.

Governo do Estado de Santa Catarina, <http://www.sc.gov.br>, acessado em julho de 2005.

GUIMARÃES, Cristiana Maria de Oliveira. **Novas práticas de preservação: reflexões sobre o caso de Oviedo, Espanha**. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br>, acessado em agosto de 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. www.iphan.gov.br

Indústria Têxtil Renaux, www.renaux.com.br, acessado em março de 2006.

KUCHENBECKER, Otto. **Hospital Evangélico e Maternidade Cônsul Carlos Renaux**. Disponível em: <http://www.ieclbrus.com.br>, acessado em abril de 2006.

MAGALHÃES, Roberto Anderson M. **Preservação e Requalificação do Centro do Rio nas décadas de 1980 e 1990, A Construção de um Objetivo Difuso**, 2002. Disponível em <http://www.light.com.br/foster/web/aplicacoes/documentos/adm/documento.asp?documento=65611235&inline=1>, acessado em abril de 2006.

MENEGUELLO, Cristina. **A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Parte 1. A reinterpretção do passado histórico**. 2000. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br>, acessado em setembro de 2005.

PINTO, Mércia de Vasconcelos. **Identidade Cultural**. In: Encontro Nacional dos Estudantes de Arquitetura (Enea), 2004, Brasília – DF. Disponível em <http://www.arq.ufsc.br/urbanismoV/artigos/artigos.html>, acessado em outubro de 2005.

Prefeitura Municipal de Brusque, www.pnbrusque.com.br, acessado em abril de 2006.

SANTA CATARINA. **Lei N° 5.846**, de 22 de dezembro de 1980. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Estado e dá outras providências. Disponível em www.sc.gov.br, acessado em julho de 2006.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina** promulgada em 1989. Disponível em www.sc.gov.br, acessado em julho de 2006.

SANT'ANA, Affonso Romano de. **Uma guerra pós-moderna**. <http://www.almacarioca.com.br/cro101.htm>, acessado em abril de 2005.

Seminário de Azambuja, <http://www.azambuja.org.br>, acessado em abril de 2006.

TRENTIN, Patrícia. **O patrimônio cultural edificado e sua gestão – a preservação e conservação do patrimônio histórico na cidade moderna**. 2005. Disponível em http://www.vitruvius.com.br/drops/drops12_05.asp, acessado em outubro de 2005.

VOLKMER, José Albano. **Memória cultural e o patrimônio intangível**. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq009/bases/02tex.asp>, acessado em março de 2006.

9 - Anexos

Anexo I

Constituição brasileira de 1988

Art. 23 – É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

Art. 30. Compete aos Municípios:

IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Artigo 216:

§ 1º. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º. A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º. Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Anexo II

Parte da Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989

Art. 173 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes da cultura nacional e catarinense.

Parágrafo único - A política cultural de Santa Catarina será definida com ampla participação popular, baseada nos seguintes princípios:

(...)

III - proteção das obras, objetos, documentos, monumentos naturais e outros bens de valor histórico, artístico, científico e cultural;

(...)

V - preservação da identidade e da memória catarinense;

Lei nº5846 alterada parcialmente pela Lei 9.342/93

CAPÍTULO I Do Patrimônio Cultural

Art. 1º Integram o patrimônio cultural do Estado, os bens móveis e imóveis que, pelo interesse público em sua conservação venham a ser tombados pelo órgão competente.

Art. 2º Consideram-se de valor histórico ou artístico, para os fins desta lei, as obras intelectuais no domínio da arte e os documentos e coisas a que estejam vinculados a fatos memoráveis da História ou que apresentem excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico, artístico ou religioso.

Parágrafo único. Será regulada pôr lei especial a preservação dos monumentos naturais, paisagens e locais de rara beleza.

LEI 9.342/93 (Art. 1º) – (DO. 14.834 de 16/12/93)

“O art. 2º e o inciso I, do art. 5º, da Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, passam a ter a seguinte redação:

Art. 2º Consideram-se de valor histórico ou artístico, para os fins desta Lei, as obras intelectuais no domínio da arte e os documentos e coisas que estejam vinculados a fatos memoráveis da História ou que apresentem excepcional valor arqueológico, etnográfico, artístico, bibliográfico, religioso, bem como

monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotadas pela natureza ou agenciados pela indústria humana.”

Art. 3º A presente lei se aplica aos bens pertencentes quer às pessoas naturais, quer às pessoas jurídicas de direito privado ou de direito público.

CAPÍTULO II Do Tombamento

Art. 4º O tombamento será promovido pela Fundação Catarinense de Cultura, ouvido o Conselho Estadual de Cultura, após homologação pelo Governador, quando se tratar de bens imóveis, ou pelo Titular da Pasta responsável pelos negócios da Cultura, quando se referir a bens móveis.

Parágrafo único. Idêntico processamento será observado quanto aos atos de cancelamento, previstos nesta lei.

Art. 5º Para efeito de inscrição dos bens, manterá o órgão competente cinco Livros do Tombo, a saber:

I - Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico, onde serão inscritas as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular;

LEI 9.342/93 (Art. 1º) – (DO. 14.834 de 16/12/93)

“Art.5º

I - Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Ecológico, onde serão inscritas as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular e, também, os monumentos naturais dotados de valor ecológico;

II - Livro do Tombo Histórico, onde serão inscritas as coisas de interesse histórico e as obras de arte históricas;

III - Livro do Tombo das Belas Artes, onde serão inscritas as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

IV - Livro do Tombo das Artes Aplicadas, onde serão inscritas as obras que se incluem na categoria, sejam nacionais ou estrangeiras;

V - Livro do Tombo das Artes Populares, onde serão tombados os bens relacionados com manifestações folclóricas, características de épocas e regiões do Estado.

Art. 6º O tombamento efetuar-se-á pôr uma das seguintes formas:

I - “ex-offício”, com notificação à entidade interessada, quando pertencerem ao Poder Público, ou estiverem sob a guarda deste;

II - voluntária:

a) a pedido do proprietário; ou

b) quando notificado o proprietário, este anuir, pôr escrito, à inscrição;

III - compulsória, quando o proprietário se recusar à inscrição após processo regular.

Parágrafo único. Cumpre ao órgão competente:

- a) notificar o proprietário para, no prazo de 15 (quinze) dias, anuir ao tombamento, ou, se quiser, impugná-lo;
- b) proceder ao tombamento, pôr simples despacho, decorrido o prazo, sem a manifestação do interessado;
- c) decidir, fundamentalmente, contra a impugnação ouvidas, quando necessário, especialistas.

Art. 7º Compete a iniciativa do tombamento:

- a) a qualquer do povo, mediante proposta escrita, com firma reconhecida, da qual constem, elementos suficientes de identificação do bem a ser tombado;
- b) ao próprio órgão competente, “ex-offício” mediante portaria, da qual constem os elementos mencionados na letra anterior.

Art. 8º Quando imóveis os bens tombados, seu registro será procedido, no respectivo cartório, na conformidade do que dispões o artigo 13 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Art. 9º As jazidas pré-históricas ou arqueológicas não serão tombadas, mas cadastradas em livro próprio; todavia, o tombamento dessas jazidas poderá ser feito, excepcionalmente, caso haja interesse cultural, ajuízo do Conselho Estadual de Cultura, inscrevendo-se para efeito da Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, no Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico.

CAPÍTULO III

Dos Efeitos do Tombamento

Art. 10. Iniciado o processo de tombamento, desde logo incidirão sobre a coisa, os efeitos desta lei.

Art. 11. Ficam as coisas tombadas sujeitas à vigilância permanente da Fundação Catarinense de Cultura, que poderá inspecioná-las sempre que julgar conveniente.

Art. 12. Os bens tombados são transferíveis, observadas as seguintes condições:

- I - Os do Estado à União, desde que conservados em Santa Catarina, e aos Município;
- II - os do Município à União, com a restrição do item anterior, ao Estado, ou a outro Município;
- III - os particulares, a qualquer pessoal natural ou jurídica, com a cláusula de não remoção definitiva da coisa para fora do território estadual.

§1º Da transferência e do deslocamento será dada ciência ao órgão competente.

§2º Pelo não atendimento do disposto no parágrafo anterior, dentro de 30 (trinta) dias, sofrerá o particular adquirente do bem tombado, a multa de 10% (dez pôr cento) sobre o valor da coisa.

§3º Somente se permitirá a saída do Estado, do bem tombado, pôr tempo certo e para fins de intercâmbio cultural, a juízo do órgão competente.

§4º Exclui-se da proibição do parágrafo anterior a necessidade de mudança definitiva do proprietário, hipótese em que a autoridade terá opção para adquirir ou desapropriar o objeto.

Art. 13. Ocorrendo extravio ou furto da coisa tombada, o proprietário ou possuidor dará conhecimento do fato ao órgão competente, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa de 10% (dez pôr cento) sobre o respectivo valor.

Art. 14. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização do órgão competente, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de 50% (cinquenta pôr cento) sobre o dano causado.

Art. 15. O proprietário da coisa tombada que não se dispuser de recursos para proceder à obras de conservação e reparação que ela requerer, comunicará à Fundação Catarinense de Cultura, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância do dano.

§1º Recebida a comunicação necessária às obras, a Fundação Catarinense de Cultura mandará executá-las, a expensas do Estado, no prazo de 60 (sessenta) dias, ou providenciará a sua desapropriação.

§2º À falta de providências, no prazo citado poderá o proprietário requerer o cancelamento do tombamento.

§3º Urgentes as obras, independente da comunicação do proprietário, a Fundação Catarinense de Cultura poderá ter a iniciativa da conservação ou reparação.

Art. 16. Sem a prévia autorização do órgão responsável pelo tombamento não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandado demolir a obra ou retirar o objeto estranho.

Art. 17. Ao Estado assiste preferência, ressalvada a da união, para adquirir a propriedade de bens tombados, em caso de alienação onerosa.

§1º Para os fins deste artigo o alienante notificará o titular do direito de preferência para que o use, dentro de 30 (trinta) dias, sob pena de perdê-lo.

§2º É nula a alienação realizada com violação do disposto neste artigo, aplicando-se a multa de 20% (vinte pôr cento) do seu valor ao transmitente e ao adquirente, como responsáveis solidários.

§3º O direito de preferência não impede a constituição de direitos reais sobre a coisa.

CAPÍTULO IV Disposições Gerais

Art. 18. É competente para a aplicação das penas pecuniárias previstas nesta lei, o Conselho Estadual de Cultura, mediante representação do órgão responsável pelo tombamento.

Parágrafo único. Não estando fixada penalidade específica para as transgressões das obrigações impostas nesta lei, aplicar-se-ão multas de 120% sobre o valor do bem tombado sem prejuízo da responsabilidade funcional, criminal ou civil, que couber.

Art. 19. Das decisões sobre o tombamento cabe pedido de reconsideração, quando o despacho final for do Governador e recurso ao Governador, quando do Secretário, e das decisões que aplicarem multas, cabe recurso para o Secretário.

Art. 20. A Fundação Catarinense de Cultura poderá articular-se mediante convênios, se for o caso, com o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, visando a:

I - atividade conjunta na consecução dos fins objetivados pela presente lei;

II - formação de pessoal especializado;

III - controle do comércio de obras de arte antigas.

Art. 21. Cabe a defesa e conservação dos documentos de interesse histórico ao Arquivo Público.

Art. 22. As despesas desta lei correrão à conta das dotações próprias da Fundação Catarinense de Cultura, ou o órgão que venha a sucedê-la.

Art. 23. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 5.056, de 22 de agosto de 1974, e demais disposições em contrário.

Anexo III

Capítulo IX do Plano Diretor de Brusque:

Art.52 – Para preservar a memória e a identidade cultural do Município de Brusque, deverá ser estimulada a preservação das edificações a serem definidas pelo Conselho de Patrimônio Histórico, que poderão ser conservadas total ou parcialmente, conforme a categoria de preservação, a saber:

I – P1: Edificações de excepcional valor histórico, arquitetônico, artístico ou cultural, com peculiaridades únicas, que deveriam ser totalmente conservadas ou restauradas no estado original, tanto externa quanto internamente;

II – P2: Edificações de grande valor histórico, arquitetônico, artístico ou cultural, essenciais para a manutenção da paisagem, que deveriam ser conservadas ou restauradas, podendo haver remanejamento interno desde que sua volumetria, aberturas originais, telhado e acabamentos externos não sejam afetados;

III – P3: Edificações de significativo valor histórico, arquitetônico, artístico ou cultural, essenciais para a manutenção da memória cultural e paisagística do Município, podendo sofrer intervenções de reciclagem que caracterizem a intervenção como contemporânea.

1º - O Município poderá estabelecer, em legislação própria, uma política de incentivos fiscais à preservação do patrimônio histórico.

2º - O Município poderá estabelecer, em legislação própria, uma política de transferência do potencial construtivo com vista à preservação do patrimônio histórico.

Anexo IV

Parte do Plano Diretor de Brusque

SEÇÃO I

DAS ZONAS URBANIZADAS

Art. 15. As Zonas Urbanizadas são aquelas resultantes de ocupação urbana anterior a vigência do plano, com usos diversificados e compatíveis entre si, sendo classificadas em:

- I - Zona Urbanizada 1 (ZU1);
- II - Zona Urbanizada 2 (ZU2);
- III - Zona Urbanizada 3 (ZU3);
- IV - Zona Urbanizada 4 (ZU4).

Art. 16. A ZU1 caracteriza toda área provida de rede de abastecimento de água potável, rede de energia elétrica e iluminação pública, pavimentação, rede de escoamento de águas pluviais e vias cuja pista de rolamento medida transversalmente seja superior a 8,00m (oito metros) de largura.

Art. 17. A ZU2 caracteriza toda área provida de rede de abastecimento de água potável, rede de energia elétrica e iluminação pública, guia e sarjeta, rede de escoamento de águas pluviais e vias cuja pista de rolamento medida transversalmente seja superior a 6,00m (seis metros) e inferior ou igual a 8,00m (oito metros) de largura.

Art. 18. A ZU3 caracteriza toda área provida de rede de abastecimento de água potável, rede de energia elétrica e iluminação pública, guia e sarjeta, rede de escoamento de águas pluviais e vias cuja pista de rolamento medida transversalmente seja superior a 4,00m (quatro metros) e inferior ou igual a 6,00 m (seis metros) de largura.

Art. 19. A ZU4 caracteriza toda a área provida de rede de abastecimento de água potável, rede de energia elétrica e iluminação pública e vias cuja pista de rolamento medida transversalmente seja inferior ou igual a 4,00m (quatro metros) de largura.

Art. 20. Quando um mesmo lote fizer frente para mais de um logradouro cujos equipamentos urbanos e pistas de rolamento sejam diferenciadas serão adotados os índices para as vias de maiores largura e infra estrutura, ressalvado o direito do órgão de planejamento municipal adotar restrições quando o caso assim o exigir.

Art. 21. Adotar-se-á como medida transversal da pista de rolamento das vias para fins de cálculo do número de pavimentos, a largura observada em 80% (oitenta por cento) da extensão total da via.

Art. 22. Efetuado o parcelamento de qualquer área e cumpridas as exigências contidas na Lei de Parcelamento do Solo, a ocupação dos lotes obedecerá aos parâmetros das Zonas Urbanizadas, conforme suas características.

TABELA 2

AFASTAMENTOS MÍNIMOS LATERAIS E POSTERIOR	
Número de Pavimentos	Recuos (metros)
1 a 4 pavimentos	1,50 metros em caso de aberturas ou paredes cegas
5 a 8 pavimentos	3,00 metros
9 a 12 pavimentos	4,50 metros
AFASTAMENTOS MÍNIMOS FRONTAIS	
Número de Pavimentos	Recuos (metros)
1 a 4 pavimentos	Linha de muro ou qualquer recuo
5 a 8 pavimentos	4,00 metros
9 a 12 pavimentos	5,50 metros

TABELA 3

Zona de uso	Índice de Aproveitamento	Taxa de Ocupação	Número máximo de pavimentos
ZU 1	4	85,00 %	12
ZU 2	3	85,00 %	08
ZU 3	2	85,00 %	04
ZU 4	1	85,00 %	02
<u>ZPA</u>	Até 25°	1	85,00 %
	25° a 30°	1	65,00 %
	30° a 35°	0,50	25,00 %
	35° a 40°	0,25	12,50 %
	40° a 45°	0,125	6,25 %
ZCV > 45°	0,05	2,50 %	02

Anexo V

Estatuto da Cidade - Seção XI

Da transferência do direito de construir

Art. 35. Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:

I - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

II - preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;

III - servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.

§ 1º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Poder Público seu imóvel, ou parte dele, para os fins previstos nos incisos I a III do caput.

§ 2º A lei municipal referida no caput estabelecerá as condições relativas à aplicação da transferência do direito de construir.